REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Relatório

Revisão Local Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em Manhiça (Distrito e Município)

RLV2025
REVISÃO LOCAL VOLUNTÁRIA
MANHIÇA

FICHA TÉCNICA

Título: Relatório de Revisão Local Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em Manhiça (Distrito e Município)

Entidades envolvidas: Ministério da Planificação e Desenvolvimento – Direcção Nacional de Planificação; Governo do Distrito de Manhiça; Conselho Municipal da Vila da Manhiça-CMVM.

Coordenação: UNDESA/ECA

Maputo, 2025

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS 1
PREFÁCIO 2
AGRADECIMENTOS 3
INTRODUÇÃO 4
CAPÍTULO 1: ANTECEDENTES 5
CAPÍTULO 2: CONTEXTO 6
CAPÍTULO 3: METODOLOGIA 8
FASES E ETAPAS DA PRODUÇÃO DO RELATÓRIO DE RLV 8
LIMITAÇÕES OBSERVADAS 11
CAPÍTULO 4: RELATÓRIO SOBRE OS ODS 13
CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES 35
ANEXOS 37

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Quadro de indicadores do ODS 1 14
Tabela 2: Quadro de indicadores do ODS 2 18
Tabela 3: Quadro de indicadores do ODS 3 20
Tabela 4: Quadro de indicadores do ODS 4 23
Tabela 5: Quadro de indicadores do ODS 5 27
Tabela 6: Quadro de indicadores do ODS 6 29
Tabela 7: Quadro de indicadores do ODS 11 32

LISTA DE ABREVIATURAS

ADPP	Associação de Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo
AMUCHEFA	Associação de Mulheres Chefes de Família-Xirindza
AMUDEIA	Associação das Mulheres Desfavorecidas
APS	Agentes Polivalentes de Saúde
CCPC	Comités Comunitários de Protecção à Criança
CFMP	Cenário Fiscal de Médio Prazo
CMVM	Conselho Municipal da Vila da Manhiça
DSDG	Divisão para os ODS
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
ECA	Comissão Económica África
ETLs	Equipas Técnicas Locais
ENDE	Estratégia Nacional de Desenvolvimento
GAFMVV	Gabinete de Atendimento à Família e Menores Vítima de Violência
GFD	Grupos Focais de Discussão
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
INAS	Instituto Nacional de Acção Social
INE	Instituto Nacional de Estatística
MULEIDE	Associação Mulher Lei e Desenvolvimento
MPD	Ministério da Planificação e Desenvolvimento
NEE	Necessidades Educativas Especiais
NDNT	Não Deixar Ninguém para Trás
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OCB	Organização Comunitária de Base
ONG	Organização Não Governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
PcDs	Pessoas com Deficiência
PNISA	Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário
PESOD	Plano Económico e Social e Orçamento do Distrito
PESOE	Plano Económico e Social e Orçamento do Estado
PFLs	Pontos Focais Locais
PFPs	Pontos Focais Provinciais
PQG	Programa Quinquenal do Governo
POA	Plano e Orçamento Autárquico
PRONASAR	Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural
QNI	Quadro Nacional de Indicadores
RAMAS	Repartição de Apoio à Mulher e Ação Social
RCO	Gabinete do Coordenador Residente das Nações Unidas
RLV	Revisão Local Voluntária
RNV	Revisão Nacional Voluntária
SDAE	Serviço Distrital de Actividades Económicas
SDEJT	Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia
SDSMAS	Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social
SDPI	Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas
SETSAN	Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional
TB	Tuberculose
UNDESA	Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas
UN-Habitat	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
VBG	Violência Baseada no Género

PREFÁCIO

Este documento faz parte do projecto de Localização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) implementado pela Divisão para os ODS do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA), com o apoio do Gabinete do Coordenador Residente das Nações Unidas (RCO), em parceria com o Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD), a Província de Maputo, o Distrito e o Município de Manhiça.

A RLV do território local de Manhiça (Distrito e Município) marca um momento significativo na consolidação dos esforços locais para a materialização da Agenda 2030. Este relatório apresenta o estado de implementação dos ODS prioritários para o distrito – ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 11 – reflectindo o compromisso das instituições locais em fortalecer a governação, orientar a planificação baseada em evidências e reforçar a participação dos cidadãos. O documento compila a experiência do Distrito e Município da Vila da Manhiça na implementação da Agenda 2030, fornecendo uma avaliação realista dos progressos, desafios e oportunidades na implementação dos ODS, alinhada com a metodologia da UNDESA e Comissão Económica África (ECA), com a orientação dos Consultores que apoiaram o processo.

A elaboração desta RLV resulta de um processo colaborativo envolvendo instituições governamentais a nível distrital e provincial, serviços técnicos, organizações da sociedade civil, parceiros de desenvolvimento, sector privado, academia e diversos grupos vulneráveis. Este processo é fundamental para garantir que os ODS sejam efectivamente integrados nas políticas e acções locais e reafirma o compromisso do Distrito e Município da Vila da Manhiça em "não deixar ninguém para trás" e em promover um caminho de desenvolvimento inclusivo, resiliente e sustentável.

Os dados e análises aqui apresentados constituem uma referência essencial para o diálogo político, a tomada de decisões informadas e a definição de prioridades estratégicas nos próximos ciclos de planificação local. A selecção dos ODS prioritários considerou as competências administrativas dos governos locais e as suas áreas de actuação, permitindo estruturar quadros de indicadores alinhados às metas nacionais. A definição final dos indicadores resultou da combinação entre estas responsabilidades institucionais e um conjunto de referências técnicas, incluindo estatísticas oficiais do Instituto Nacional de Estatística (INE), projecções demográficas, sistemas sectoriais de informação e políticas nacionais.

A metodologia da RLV orientou a adaptação das metas globais à realidade socioeconómica e institucional local, contribuindo para a sua integração nos instrumentos de planificação e orçamentação. O princípio da participação inclusiva norteou todo o processo, assegurando o envolvimento activo de diversos actores, tais como as entidades governamentais, sociedade civil, academia, sector privado e actores comunitários. Workshops locais funcionaram como espaços de diálogo, aprendizagem e concertação, fortalecendo capacidades de planificação, monitoria e avaliação. Estes encontros foram amplamente reconhecidos pelos participantes como um dos principais valores acrescentados do processo, ao promoverem escuta activa, alinhamento de perspectivas e coordenação entre diferentes níveis da governação.

Assim, para além de constituir um instrumento de análise, a RLV configura também um exercício prático de governação participativa e integração territorial, traduzindo um compromisso colectivo com a implementação da Agenda 2030. As suas conclusões alimentarão igualmente os mecanismos provinciais e nacionais de monitoria dos ODS, incluindo a Revisão Nacional Voluntaria (RNV) actualmente me curso.

AGRADECIMENTOS

A preparação desta RLV não teria sido possível sem a colaboração activa de múltiplas instituições e actores locais. A equipa de trabalho para a elaboração do relatório expressa o seu profundo agradecimento: ao Governo do Distrito de Manhiça e Conselho Municipal da Vila da Manhiça (CMVM); À Equipa Técnica responsável pela coordenação da RLV, pelo trabalho de sistematização e análise. À sociedade civil, organizações comunitárias e representantes de mulheres, jovens e pessoas com deficiência e idosos, pelas contribuições durante consultas locais; aos parceiros de desenvolvimento que ofereceram apoio metodológico e técnico, incluindo as orientações constantes no documento de referência da UNDESA.

Este relatório é fruto de um esforço colectivo e reflecte a visão conjunta de um território local da Manhiça mais inclusivo, próspero e sustentável.

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adoptada por todos os Estados-membros das Nações Unidas em 2015, estabelece 17 Objectivos concebidos para erradicar a pobreza, reduzir desigualdades, promover prosperidade partilhada, proteger o ambiente e reforçar a paz, a justiça e instituições eficazes. Embora global, esta Agenda só se materializa plenamente quando traduzida para as realidades dos vários territórios subnacionais, pois é ao nível local que os serviços públicos são prestados, que as desigualdades se manifestam e que as populações experienciam, no quotidiano, os avanços e desafios do desenvolvimento. Assim, a localização dos ODS constitui um elemento central para assegurar que ninguém é deixado para trás, reforçando a necessidade de integrar metas, indicadores e princípios da Agenda 2030 nos processos de planificação municipal e distrital.

Neste quadro, a Revisão Local Voluntária (RLV) emerge como um instrumento estratégico para monitorar a implementação dos ODS ao nível territorial. A RLV permite avaliar progressos, identificar lacunas na produção estatística, mapear desafios institucionais e operacionais, fortalecer a coordenação entre sectores e promover uma cultura de planificação baseada em evidências. Para além disso, oferece um mecanismo de participação inclusiva, mobilizando instituições governamentais, organizações da sociedade civil, sector privado e comunidades para uma reflexão conjunta sobre prioridades e soluções na base de informação objectiva e actualizada.

O Distrito e Município da Manhiça foram seleccionados para este exercício de RLV devido ao seu papel estratégico na província, à sua relevância socioeconómica, às dinâmicas demográficas em transformação e ao compromisso demonstrado na implementação dos instrumentos de planificação local, tais como o Plano Económico Social e Orçamento do Distrito (PESOD) e o Plano e Orçamento Autárquico (POA). A sua posição geográfica, a crescente pressão sobre os serviços sociais, a centralidade da agricultura familiar e as vulnerabilidades ambientais conferem ao território uma importância particular no contexto do desenvolvimento provincial e nacional. A RLV da Manhiça representa, assim, uma oportunidade para consolidar diagnósticos e reforçar a capacidade de monitoria e reporte ao nível local.

O presente relatório baseia-se em fontes oficiais (balanços dos instrumentos de planificação local, estatísticas do INE e relatórios/balanços sectoriais) e contributos qualitativos recolhidos em consultas, workshops, entrevistas e grupos focais com actores governamentais, lideranças comunitárias, jovens, mulheres e representantes de grupos vulneráveis. Foram priorizados os ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 11, por reflectirem áreas directamente ligadas ao bem-estar da população e à provisão de serviços essenciais: redução da pobreza (ODS 1), segurança alimentar e agricultura (ODS 2), saúde e bem-estar (ODS 3), educação inclusiva e de qualidade (ODS 4), igualdade de género (ODS 5), acesso à água e saneamento (ODS 6), e urbanização inclusiva e resiliente (ODS 11). Estes ODS espelham as competências administrativas do governo distrital e municipal e os desafios prioritários para o desenvolvimento.

O relatório está estruturado em cinco capítulos principais. O Capítulo 1 apresenta os antecedentes e enquadramento nacional e global das RLVs. O Capítulo 2 caracteriza o território local da Manhiça, abordando aspectos geográficos, demográficos, económicos, sociais e institucionais que contextualizam a implementação dos ODS. O Capítulo 3 descreve a metodologia da RLV, incluindo processos de recolha, validação e análise de dados. O Capítulo 4 apresenta o diagnóstico detalhado dos ODS seleccionados, analisando tendências, desafios, oportunidades e indicadores disponíveis. O Capítulo 5 sintetiza as principais conclusões e formula recomendações orientadas para a aceleração local dos ODS.

CAPÍTULO 1: ANTECEDENTES

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adoptada pelos Estados-membros das Nações Unidas em 2015, estabelece um quadro global orientado para a erradicação da pobreza, a protecção do planeta e a promoção da prosperidade e da paz. O seu carácter universal exige não apenas compromissos a nível nacional, mas também a mobilização activa dos governos subnacionais, responsáveis pela implementação directa de grande parte das políticas públicas que afectam o bem-estar das populações. A concretização das metas globais depende, assim, da capacidade de integrar os ODS nos instrumentos de planificação, orçamentação e monitoria ao nível territorial — processo conhecido como localização dos ODS.

Em Moçambique, o Governo tem vindo a consolidar este compromisso através da incorporação sistemática dos ODS no Sistema Nacional de Planificação. Documentos estratégicos como a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE), o Programa Quinquenal do Governo (PQG), o Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP), o Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE) e os instrumentos de planificação locais reflectem esta harmonização. Estes enquadramentos articulam-se, por sua vez, com outras agendas internacionais, como a Agenda 2063 da União Africana, consolidando uma visão coerente de desenvolvimento sustentável para o país.

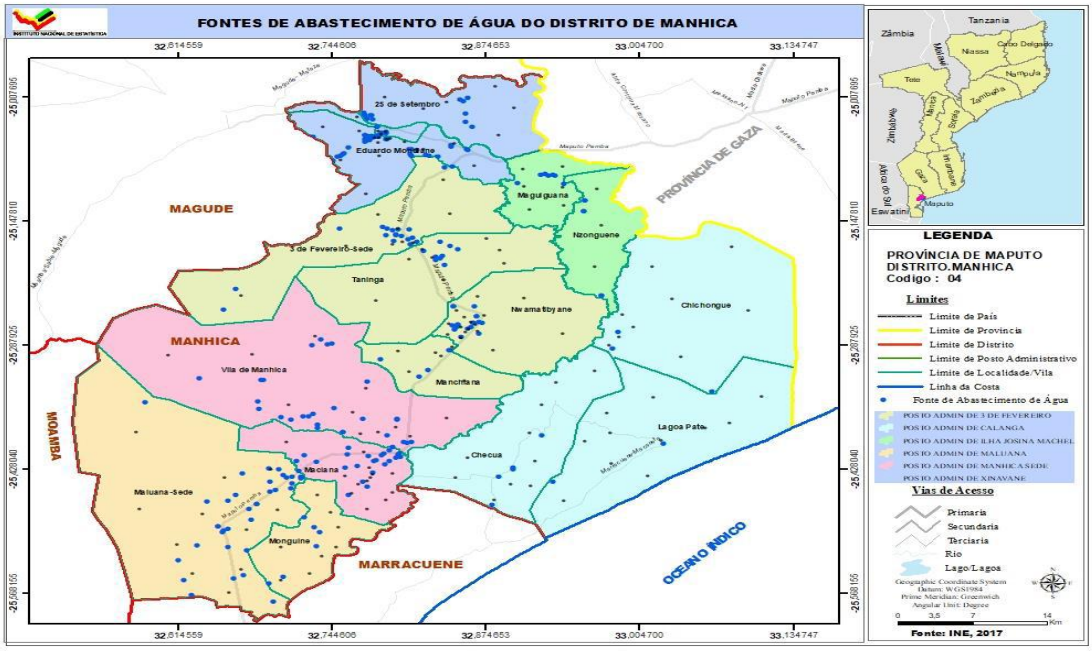
A Reforma de Descentralização recente reforça ainda mais a centralidade dos governos locais — provinciais, distritais e autárquicos — na implementação dos ODS, ao transferir competências, recursos e responsabilidades que ampliam o seu papel na prestação de serviços públicos e na gestão do desenvolvimento territorial. A Revisão Nacional Voluntária (RNV) de 2020 já havia sublinhado a necessidade de fortalecer estas capacidades e melhorar os mecanismos de monitoria ao nível local. Neste contexto, as RLVs surgem como instrumentos estratégicos para avaliar, de forma participativa e contextualizada, os progressos e desafios na implementação dos ODS ao nível dos territórios.

As RLVs permitem fortalecer a monitoria, melhorar a disponibilidade de dados, promover transparência e assegurar alinhamento entre os níveis local e nacional. Globalmente, mais de 200 governos locais de todos os continentes já realizaram exercícios deste tipo, demonstrando o seu valor como mecanismos de aprendizagem institucional e de aceleração dos ODS. Em Moçambique, o processo de ensaio metodológico das RLVs foi iniciado em 2024, numa parceria entre o MPD, a Divisão para os ODS do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA/DSDG), o UN-Habitat e o PNUD. Para este projecto piloto foram seleccionados seis territórios locais, incluindo Manhiça, com base em representatividade regional, sinergias com iniciativas de apoio ao desenvolvimento local e manifestação formal de interesse das lideranças distritais e municipais.

As RLVs pretendem ser instrumentos estruturados de monitoria, capazes de produzir diagnósticos localizados, reforçar sistemas de dados e propor estratégias de aceleração dos ODS, constituindo assim plataformas de aprendizagem institucional. Para o presente exercício foram seleccionados sete ODS prioritários — ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 11 — alinhados com desafios e prioridades identificados nos instrumentos de planificação local. Estes objectivos reflectem problemáticas críticas para o desenvolvimento territorial: pobreza multidimensional, insegurança alimentar, pressão sobre serviços básicos, desigualdades de género, expansão urbana desordenada e fragilidades estruturais nos sistemas de água e saneamento.

CAPÍTULO 2: CONTEXTO

O Distrito e o Município da Manhiça localiza-se na região Norte da Província de Maputo, ocupando uma superfície aproximada de 2.686 km², o que corresponde a cerca de 11,8% do território provincial. O distrito é limitado a Norte pelo Distrito de Bilene, na Província de Gaza, a Sul pelo Distrito de Marracuene, a Oeste pelos Distritos de Moamba e Magude e a Este pelo Oceano Índico. Esta localização confere à Manhiça uma posição estratégica no contexto provincial, articulando áreas rurais e costeiras e desempenhando um papel relevante nas dinâmicas de mobilidade, produção agrícola e acesso a mercados. A Vila da Manhiça, sede do distrito, possui o estatuto de autarquia local, concentrando funções administrativas, económicas e de prestação de serviços essenciais à população.



Do ponto de vista demográfico, o Distrito da Manhiça apresenta uma população projectada de 285 999 habitantes para o ano de 2025, dos quais 52,79% são mulheres, reflectindo uma ligeira predominância feminina. A densidade populacional média é de 95,5 habitantes por km², indicador que revela uma ocupação territorial significativa e uma pressão crescente sobre os recursos naturais, as infraestruturas e os serviços sociais básicos. Administrativamente, o distrito está organizado em seis Postos Administrativos, subdivididos em quinze Localidades, estrutura que exige um elevado grau de coordenação institucional para garantir uma distribuição equitativa das políticas públicas e uma cobertura eficaz dos serviços ao longo do território.

A base económica da Manhiça assenta predominantemente na agricultura, que constitui uma das principais actividades socioeconómicas da população e a principal fonte de rendimento para cerca de 19.667 famílias camponesas. Esta actividade é maioritariamente desenvolvida em regime de agricultura familiar, desempenhando um papel central na segurança alimentar, na geração de rendimentos e na subsistência das comunidades rurais. Contudo, a forte dependência da agricultura torna o distrito particularmente vulnerável a factores externos, como a variabilidade climática, a irregularidade das chuvas e as limitações no acesso a infraestruturas produtivas, mercados e serviços de extensão, o que condiciona a produtividade e a resiliência dos meios de vida locais.

No quadro da implementação da Agenda 2030, observa-se um compromisso institucional significativo por parte das autoridades locais para integrar os ODS nos instrumentos de planificação local. A inclusão explícita dos ODS nos planos de desenvolvimento locais demonstra uma intenção clara de alinhar as políticas públicas com os padrões internacionais de desenvolvimento sustentável. Contudo, as análises institucionais indicam que ainda subsistem desafios importantes na difusão dos mecanismos de monitoria e avaliação dos ODS, com necessidade de melhorar os processos de comunicação, capacitação técnica e pouco uniformes sistemas de acompanhamento de indicadores, o que limita a capacidade de medir progressos e tomar decisões informadas sobre as intervenções públicas.

O contexto actual do distrito tem sido profundamente marcado por fenómenos naturais extremos, em particular inundações severas durante a época chuvosa de 2025/2026. Desde finais de Dezembro de 2025, o sul de Moçambique tem experimentado precipitações excepcionais que levaram ao transbordo de rios e à inundação de vastas áreas, afectando de forma significativa partes da Província de Maputo, incluindo o distrito da Manhiça. As cheias foram classificadas como uma das piores em décadas, afectando indirectamente centenas de milhares de pessoas em várias províncias do país. Estimativas internacionais apontam que mais de 650.000 pessoas foram afectadas pelas enchentes no sul e centro de Moçambique, incluindo deslocações de população, destruição de casas e perturbação de infraestruturas essenciais, e muitos destes efeitos foram sentidos em Manhiça e municípios vizinhos (Mutethya, 2026).

Os prejuízos também atingiram a agricultura, com mais de 51 572 hectares de terras agrícolas inundadas no distrito da Manhiça e áreas vizinhas, resultando em perdas consideráveis de culturas e impactando directamente a subsistência das famílias camponesas e a segurança alimentar local. As inundações comprometeram igualmente a circulação, com estradas cortadas e acessos isolados, exigindo operações de resgate em algumas zonas inundadas e deslocações de pessoas para áreas mais seguras identificadas pelo governo (Club of Mozambique, 2026).

Além dos impactos materiais, as cheias agravam riscos já existentes de saúde pública, como a proliferação de doenças transmitidas pela água, malária e desnutrição, especialmente entre crianças, mulheres e pessoas em situação de vulnerabilidade, pela combinação de água contaminada, dificuldades de acesso à água potável segura e interrupção no acesso a serviços básicos (Aljazeera, 2026).

Esta situação evidencia a interdependência entre os desafios climáticos, estruturais e socioeconómicos no território da Manhiça, reforçando a necessidade de abordagens integradas e resilientes no desenho das políticas públicas. A vulnerabilidade às inundações e a sua recorrência impõem a adopção e implementação de mecanismos de redução do risco de desastres, fortalecimento da capacidade de resposta emergencial, adaptação às alterações climáticas e investimentos em infraestruturas robustas de água, saneamento, mobilidade e ordenamento territorial.

Nesse sentido, o contexto actual do distrito combina um forte potencial económico e institucional para promover o desenvolvimento sustentável com desafios significativos derivados da pressão demográfica, fragilidades nos sistemas de planeamento e monitoria dos ODS, e vulnerabilidades ambientais que exigem respostas estratégicas coordenadas e baseadas em evidências, capazes de assegurar a inclusão social, reduzir as desigualdades territoriais e aumentar a resiliência das comunidades diante de fenómenos climáticos extremos.

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA

A metodologia adoptada para a elaboração do relatório da RLV foi estruturada em conformidade com as orientações globais das Nações Unidas e os instrumentos nacionais de planificação, incorporando princípios de rigor analítico, inclusão social, participação multissectorial e alinhamento com a Agenda 2030. O processo combinou gestão do conhecimento, recolha, análise de dados e participação, de modo a produzir um diagnóstico robusto e representativo das dinâmicas locais de implementação dos ODS.

A estratégia metodológica assentou na integração de três pilares complementares. O primeiro correspondeu à coordenação técnica e gestão do conhecimento, assegurada pelos consultores contratados pelo Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD) e pela UNDESA/ECA, responsáveis pelo enquadramento conceptual, harmonização de procedimentos e garantia da qualidade do processo. O segundo pilar correspondeu à recolha, organização e análise de dados, conduzida pelos Pontos Focais Locais (PFLs), Equipas Técnicas Locais (ETLs) e Pontos Focais Provinciais (PFPs), com apoio contínuo do consultor. O terceiro pilar assentou nos processos participativos locais — workshops multissetoriais, consultas temáticas e grupos focais comunitários — que permitiram integrar evidências qualitativas e assegurar que as percepções das partes interessadas fossem incorporadas no diagnóstico.

Fases e etapas da produção do relatório de RLV

A RLV foi estruturada em quatro fases interdependentes, combinando acções de gestão do conhecimento, apoio técnico, coordenação interinstitucional, recolha de evidências e processos participativos. Cada fase gerou resultados que fundamentava a seguinte, assegurando um ciclo contínuo de aprendizagem.

A fase de iniciação e planificação estratégica

A fase de iniciação e planificação estratégica marcou o arranque formal do processo de elaboração da RLV, estabelecendo os fundamentos institucionais, metodológicos e operacionais que orientaram todo o exercício de localização dos ODS. Um elemento central e inovador desta fase foi a criação de uma estrutura conjunta e unificada Distrito–Município, materializada através da articulação entre os serviços distritais e o Conselho Autárquico da Manhiça. Esta abordagem permitiu superar a tradicional fragmentação institucional, promovendo uma leitura integrada do território e assegurando coerência entre as competências distritais e municipais na implementação da Agenda 2030.

Com base nas competências administrativas dos governos locais e nas áreas de actuação distrital e municipal, foram seleccionados os ODS mais relevantes para o território local. A partir dessas competências, e em alinhamento com as metas nacionais do Quadro. Nacional de Indicadores (QNI) dos ODS em Moçambique, foram construídos quadros de indicadores estruturados com recurso a dados administrativos locais, estatísticas oficiais do INE, sistemas sectoriais de informação e políticas públicas em vigor. A definição dos indicadores finais resultou da triangulação entre estas referências técnicas e as prioridades identificadas pelas ETLs durante as consultas territoriais, garantindo que o diagnóstico reflectisse as especificidades socioeconómicas e institucionais do distrito.

Nesta fase foram igualmente realizadas acções de capacitação técnica, com os seguintes focos principais:

- Introdução à Agenda 2030 e aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável;
- Uso de indicadores ODS e alinhamento com o Quadro Nacional de Indicadores;
- Metodologia a ser seguido no processo de localização dos ODS e produção do relatório de RLV;

- Integração dos ODS na planificação e monitoria local
- Abordagem de género, inclusão social e o princípio de "Não Deixar Ninguém para Trás" (NDNT).

Estas capacitações envolveram técnicos de diferentes sectores e níveis institucionais, reforçando capacidades locais para a recolha, análise e uso de dados, bem como para a apropriação do processo da RLV enquanto instrumento de governação local.

A fase de diagnóstico e recolha de dados

Esta fase teve como principal objectivo construir um retrato fiável, partilhado e contextualizado do estado de implementação da Agenda 2030 no território, combinando a revisão documental, capacitação técnica, workshops multissetoriais, consultas temáticas, grupos focais e organização da base de dados dos ODS.

O diagnóstico assentou, em primeiro lugar, numa revisão sistemática de fontes secundárias oficiais, com destaque para dados estatísticos e administrativos, nomeadamente:

- Instituto Nacional de Estatística (INE):
    - Folheto Estatístico Distrital da Manhiça (edições mais recentes);
    - Projecções demográficas e dados censitários;
    - Estatísticas sectoriais (educação, saúde, água e saneamento, agricultura);
- Fontes do Governo Local:
    - PESOD e POA e os respectivos balanços semestrais e anuais;
    - Relatórios dos Serviços Distritais (SDEJT, SDSMAS, SDAE, SDPI);
- Documentos programáticos e estratégicos:
    - Planos sectoriais distritais e municipais;
    - Relatórios de projectos e parceiros de desenvolvimento;
- Relatórios de Organizações da Sociedade Civil (OSC) com actuação nos sectores sociais, ambientais e económicos;
- Fichas técnicas dos ODS e indicadores do Quadro Nacional de Indicadores (QNI).

Esta revisão permitiu identificar lacunas de informação, inconsistências entre fontes e áreas onde os dados administrativos existentes eram insuficientes ou desactualizados. Sempre que os dados secundários se revelaram incompletos, foram utilizados mecanismos de recolha primária e validação participativa, incluindo:

- 02 workshops multissectoriais presenciais, realizados entre 06 a 08 de Outubro de 2025, a nível local para consultas temáticas sectoriais (educação, saúde, agricultura, género, água e saneamento, urbanização), envolvendo cerca de 35 participantes, entre os quais, técnicos dos serviços distritais e municipais, sociedade civil, sector privado, líderes comunitários e religiosos.
- 04 grupos focais com grupos vulneráveis, incluindo mulheres, jovens, mulheres, jovens, pessoas com deficiência (PcDs) e idosos.

Estes encontros funcionaram simultaneamente como espaços de diálogo, aprendizagem e construção de consensos, reforçando o princípio de NDNT e fomentando uma visão territorial comum sobre a implementação dos ODS, através do cruzamento de dados estatísticos com evidências do terreno e percepções dos actores locais.

A metodologia interactiva combinou exposições plenárias, trabalhos de grupo e sessões de validação colectiva organizadas segundo os dois pilares estruturantes das RLV — Pessoas e Planeta.



Além disso, os workshops desempenharam um papel formativo, fortalecendo a capacidade técnica local para a monitoria, planificação e reporte dos ODS nos instrumentos (balanços do PESOD e POA) distritais e autárquicos.



O processo de diagnóstico permitiu identificar aprendizagens relevantes, destacando-se a importância da coordenação intersectorial na implementação dos ODS, a necessidade de melhorar a qualidade e a desagregação dos dados ao nível local, bem como o valor da participação comunitária na interpretação dos dados estatísticos. Evidenciou-se igualmente o papel da RLV como um instrumento estratégico de planificação, monitoria e prestação de contas, capaz de articular evidências técnicas com as realidades territoriais. Como resultado, os actores envolvidos assumiram compromissos claros, incluindo o interesse em institucionalizar a monitoria dos ODS ao nível distrital, a disponibilidade para reforçar a partilha de dados entre serviços e o reconhecimento da RLV como base para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e resilientes.

A fase de apoio técnico e redacção do relatório de RLV

A fase de redação e apoio técnico integrou sessões locais de interpretação de dados, produção e revisão de drafts, pré-validação distrital e formulação de recomendações e planos de acção. A análise empírica baseou-se em três blocos principais de fontes de dados. O primeiro integrou informações administrativas produzidas pelos sectores distritais, incluindo planos, relatórios, balanços de actividades dos diferentes sectores alvos nos sete ODS seleccionados. O segundo bloco reuniu estatísticas oficiais, como o Folheto Estatístico Distrital do INE, projecções demográficas 2017–2050 e dados sectoriais complementares. O terceiro bloco agregou fontes externas, incluindo estratégias sectoriais, relatórios internacionais, estudos académicos e dados fornecidos pelas OSCs/OCBs e ONGs locais.

Por seu turno as notas dos encontros com os Grupos Focais de Discussão (GFD) envolvendo os diferentes grupos vulneráveis permitiram captar percepções qualitativas, experiências vividas e prioridades comunitárias, enriquecendo a análise estatística com evidências sociais e territoriais. Os contributos dos GFD foram integrados como dimensão qualitativa da RLV, reforçando a legitimidade social do diagnóstico

A garantia de qualidade foi assegurada pelo alinhamento rigoroso com a metodologia adoptada, uso sistemático de verificações cruzadas, participação activa dos sectores distritais, aplicação transversal da abordagem baseada em direitos humanos e adopção do princípio NDNT. A validação social, técnica e institucional fortaleceu a credibilidade da análise e garantiu que a RLV reflectisse as realidades e prioridades do território. Este processo seguiu igualmente o princípio “Um Território, Um Processo, Um Produto”, reafirmando o compromisso com uma implementação inclusiva, participativa e territorializada da Agenda 2030 em Moçambique.

Limitações observadas

As limitações metodológicas observadas ao longo do processo de elaboração da RLV estiveram associadas à inconsistência, heterogeneidade e cobertura diferenciada das fontes de informação disponíveis ao nível distrital e municipal. Em vários sectores, os registos administrativos apresentavam lacunas, discrepâncias ou variações inesperadas, agravadas pela ausência de desagregações por género, idade e localidade e por divergências metodológicas entre dados sectoriais e estatísticas oficiais do INE. Estas limitações reflectem igualmente constrangimentos infraestruturais persistentes, como a forte dependência de registos manuais e a inexistência de sistemas interoperáveis de informação.

Por um lado, os dados estatísticos produzidos pelo INE resultam maioritariamente de inquéritos por amostragem, com escopos temporais e amostrais específicos, desenhados para garantir representatividade estatística a níveis agregados (nacional, provincial e, em alguns casos, distrital). Embora

metodologicamente rigorosos, estes inquéritos apresentam limitações inerentes ao seu carácter amostral, à periodicidade de recolha e ao nível de desagregação disponível, o que condiciona a sua utilização para análises muito focadas ao nível local.

Por outro lado, os dados sectoriais de natureza administrativa são recolhidos de forma contínua pelos planificadores locais e pelos prestadores de serviços distritais e municipais, com base em protocolos, instrumentos e metodologias de monitoria e avaliação definidos pelos ministérios centrais. Estes dados reflectem a execução quotidiana das políticas públicas e dos serviços, mas enfrentam limitações significativas, nomeadamente variações na qualidade dos registos, forte dependência de sistemas manuais e ausência de interoperabilidade entre as diferentes bases de dados sectoriais. Adicionalmente, persistem lacunas relevantes na desagregação da informação por género, idade e localidade, o que compromete a análise aprofundada e a tomada de decisão baseada em evidências.

A estes desafios somou-se a complexidade inerente ao sistema dual de governação local, marcado pela coexistência e sobreposição territorial de Governos Distritais e Conselhos Municipais, bem como pela fragmentação institucional de competências, sobretudo na área da governação urbana. Esta configuração institucional dispersa dificultou a coordenação, atrasou o fluxo de informação e limitou a harmonização de dados entre as diferentes entidades, exigindo um esforço acrescido de articulação técnica e política para garantir a coerência do relatório.

Estas diferenças exigiram um tratamento analítico cauteloso, evitando comparações directas não ajustadas e privilegiando leituras complementares da realidade territorial. Assim, para mitigar estes constrangimentos, recorreu-se à triangulação sistemática de fontes, à análise comparativa entre diferentes bases de dados, à realização de consultas adicionais para clarificação de inconsistências e à inclusão de notas metodológicas descritivas nas fichas de cada indicador dos ODS, assegurando transparência e rigor interpretativo.

Por fim, importa salientar que, estas imitações não invalidam os resultados da RLV, mas sublinham a importância de investimentos estruturais em sistemas de informação integrados, harmonização metodológica e capacitação técnica local, como condições essenciais para o fortalecimento futuro da monitoria dos ODS ao nível territorial.



Neste capítulo é apresentado o diagnóstico de cada um dos sete ODS selecionados para a RLV.

ODS 1: Erradicar a Pobreza

O ODS 1 visa “acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares” e constitui um dos desafios centrais do desenvolvimento sustentável no Distrito e Município da Manhiça. Neste território, a pobreza assume um carácter marcadamente multidimensional, resultante da conjugação de factores económicos, sociais, territoriais e climáticos, que afectam os diferentes grupos vulneráveis e agregados familiares residentes em zonas rurais e periurbanas.

A implementação do ODS 1 em Manhiça envolve múltiplos actores institucionais, com destaque para o Governo Distrital, através do Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social (SDSMAS), do Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas (SDPI) e do Serviço Distrital de Actividades Económicas (SDAE), bem como o CMVM, no domínio da acção social urbana, protecção social, acesso a serviços básicos e ordenamento territorial. Estas entidades actuam em articulação com o Instituto Nacional de Acção Social (INAS), organizações comunitárias e parceiros de cooperação.

Ao nível nacional, o ODS 1 é operacionalizado por instrumentos estratégicos como o Plano Quinquenal do Governo (PQG), a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE 2025–2044) e a Estratégia Nacional de Segurança Social Básica, que orientam as intervenções de combate à pobreza, reforço da protecção social e promoção da resiliência das populações vulneráveis. No plano local, estas orientações são territorializadas através do Plano Económico e Social do Distrito (PESOD) e do Plano e Orçamento Autárquico (POA), que priorizam a assistência social, o apoio às famílias vulneráveis, a dinamização da economia local e a resposta a choques e emergências.

Os dados institucionais indicam avanços relevantes na implementação de medidas de protecção social em Manhiça. Regista-se a cobertura de famílias e indivíduos vulneráveis por programas de protecção social básica, incluindo transferências sociais, apoio alimentar, assistência a idosos, crianças em situação de pobreza e pessoas com deficiência. A nível municipal, parte do orçamento tem sido alocada à acção social, com destaque para a provisão de cestas básicas, apoio a crianças em situação de vulnerabilidade e funcionamento de centros de acolhimento. Estes esforços demonstram um compromisso institucional com a Meta 1.3 do ODS 1, relativa à expansão de sistemas de protecção social.

Uma das principais preocupações das autoridades locais reside no envolvimento activo dos grupos vulneráveis nos processos de desenvolvimento social, procurando reduzir situações de exclusão e dependência extrema. Neste contexto, destaca-se a implementação de um programa específico de fornecimento de cesta básica alimentar, direccionado a pessoas em situação de elevada vulnerabilidade social. O programa cobre actualmente 80 beneficiários, de um universo anual programado de 100 pessoas, representando um nível de execução significativo face às metas estabelecidas. Este esforço é sustentado

por uma afectação orçamental correspondente a cerca de 6% do orçamento anual, evidenciando uma priorização, ainda que limitada, da acção social no conjunto das despesas públicas locais.

Tabela 1: Quadro de indicadores do ODS 1

Objectivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares			
Indicador QNI	**VALOR**	**Fonte da Info**	**NOTAS**
Meta 1.3 Implementar, ao nível nacional, medidas e sistemas de protecção social adequados, para todos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis			
1.3.1_NM_1 Percentagem de pessoas beneficiadas com a cesta básica	80	Município	Dados do Município da Accao Social do Município que beneficiou 80 pessoas em 2025.
1.3.1_NM_3 Percentagem do orçamento destinado a proteção social	6%	Município	A alocação de 6% do orçamento municipal à protecção social é limitado face à dimensão das necessidades sociais existentes.
1.3.1_NM_4 Número de crianças em situacão de pobreza recebendo pelo menos 3 serviços básicos	3538 (2623 F e 915 M)	SDSMAS	O número significativo de crianças abrangidas por serviços básicos evidencia esforços de protecção social integrada, com enfoque na redução da pobreza infantil e na mitigação de vulnerabilidades.
1.3.1_NM_5 Número de crianças vivendo nos centros de acolhimento privados reunificadas nas famílias	10 (4 F e 6 M)	SDSMAS	A reunificação familiar de crianças institucionalizadas constitui uma medida fundamental para a protecção dos direitos da criança.
1.3.1_NM_6 Número de crianças assistidas pelos Comités Comunitários de Protecção a Criança (CCPC)	422 (272 F e 150 M)	SDSMAS	A actuação dos CCPC reforça os mecanismos locais de prevenção e resposta a situações de risco, com forte enfoque comunitário.
1.3.1_NM_7 Número de crianças com necessidades educativas especiais atendidas nos Centros Infantis privados e nas Escolinhas Comunitárias	6	SDSMAS	O reduzido número de crianças com necessidades educativas especiais atendidas evidencia limitações na capacidade de resposta inclusiva.
1.3.1_NM_8 Número de agregados familiares e indivíduos beneficiários dos Programas de Protecção Social Básica (PSSB, PASP, PASD, PAUS e PROSAS)	PSSB (9 149);, PASP (1 025); PASD (332); PAUS (25).	SDSMAS, INAS	A abrangência dos diferentes programas de protecção social reflecte uma intervenção diversificada orientada para grupos vulneráveis, embora ainda insuficiente para cobrir toda a população elegível.
1.3.1_NM_9 Número de centros de apoio ao idoso, infantários, centros de acolhimento à criança em situação difícil e centros de trânsito criados	2	SDSMAS	A criação de centros de apoio social contribui para o reforço da rede local de assistência, mas o número existente permanece limitado face à procura crescente por serviços sociais.
Meta 1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos económicos, bem como o acesso a serviços básicos, controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças			
1.4.MZ_1 Número de títulos de DUATs emitidos para singulares	2 250	SDPI/Município	A emissão de DUATs para singulares representa um passo relevante na promoção do acesso à terra.
1.4.MZ_1_NM_1 Número de DUATs emitidos e homologados	-	-	A inexistência de dados consolidados sobre DUATs homologados limita a avaliação efectiva do acesso seguro à terra.
1.4.MZ_1_NM_2 Número de Planos de Estrutura Urbana elaborados	-	-	A ausência de Planos de Estrutura Urbana compromete a organização sustentável do território e o acesso a serviços básicos.
1.4.MZ_1_NM_3 Número de áreas comunitárias delimitadas e certificadas	-	-	A falta de delimitação e certificação de áreas comunitárias fragiliza os direitos colectivos à terra e aumenta a exposição a conflitos.
Meta 1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres económicos, sociais e ambientais			
1.5.4 % de governos locais que adoptam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030	-	-	A inexistência de informação sistematizada sobre estratégias locais de redução de risco de desastres evidencia fragilidades na integração da resiliência climática e social nas políticas locais.
1.5.4_ NM_1 Áreas em risco de desastres mapeados	-	-	A ausência de mapeamento de áreas de risco limita a capacidade de prevenção, resposta e planificação de medidas de adaptação.
1.5.4_ NM_2 Número de infra-estruturas de gestão de resíduos sólidos construídas	-	-	A inexistência de infraestruturas adequadas de gestão de resíduos aumenta a vulnerabilidade ambiental e sanitária da população.
1.5.4_ NM_3 Número de infraestruturas resilientes construídas (desagregação em casas, Escolas, Salas de aulas, Centros de saúde e outras)	-	-	A falta de investimentos em infra-estruturas resilientes reduz a capacidade de resposta do território a eventos extremos, afectando desproporcionalmente os grupos mais vulneráveis.

As acções de protecção social foram complementadas por intervenções de apoio material directo, realizadas em coordenação com parceiros institucionais. Entre estas, destacam-se a aquisição e entrega de 64 carrinhas de rodas, contribuindo para a melhoria da mobilidade e autonomia de PcD; a distribuição quinzenal de 88 kits alimentares a idosos, reforçando a segurança alimentar deste grupo particularmente vulnerável; e a oferta de 64 kits de material escolar diverso, visando apoiar crianças em situação de vulnerabilidade e reduzir barreiras económicas ao acesso e permanência no sistema educativo.

Paralelamente, os dados do SDSMAS evidenciam um enfoque significativo na protecção da criança, com 3.538 crianças em situação de pobreza a beneficiarem de pelo menos três serviços básicos, das quais a maioria são raparigas (2 623), o que reflecte uma resposta social com sensibilidade de género. Adicionalmente, registou-se a reunificação familiar de 10 crianças anteriormente acolhidas em centros privados, um indicador positivo de reintegração social e fortalecimento do ambiente familiar. A acção dos Comités Comunitários de Protecção à Criança (CCPC) alcançou 422 crianças, reforçando o papel das estruturas comunitárias na prevenção e resposta a situações de risco. No entanto, o número reduzido de crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) atendidas (apenas 6) aponta para limitações na inclusão de grupos com vulnerabilidades específicas.

Outrossim, a abrangência dos Programas de Protecção Social Básica, implementados em articulação com o INAS, constitui um dos pilares centrais da resposta à pobreza no território. Os dados indicam um número elevado de beneficiários do Programa de Subsídio Básico Social (9.149), seguido do Programa de Acção Social Produtiva (1.025), do Programa de Apoio Social Directo (332) e do Programa de Apoio Social às Unidades Sanitárias (25). Estes números evidenciam uma cobertura relativamente expressiva, sobretudo em termos de transferências sociais, embora persistam desafios relacionados com a adequação dos valores, a regularidade dos apoios e a continuidade destes programas e pagamento dos subsídios, com os beneficiários reportando atrasos nos pagamentos, que actualmente não estão sendo feitos há um ano.

O território local de Manhiça conta com a existência de dois centros de acolhimento destinados à assistência de pessoas idosas e crianças necessitadas, em articulação com o INAS. Estes centros desempenham um papel relevante na prestação de cuidados básicos, apoio social e protecção a grupos em situação de risco, funcionando como uma rede de resposta para casos de extrema vulnerabilidade.

Adicionalmente, a capacidade de resposta do distrito foi posta à prova em situações de emergência, nomeadamente aquando do vendaval ocorrido em Fevereiro de 2024. Neste contexto, foram mobilizados apoios de carácter imediato para as famílias afectadas, através da aquisição e distribuição de chapas de zinco, barrotes e cimento, com o objectivo de mitigar os impactos da destruição de habitações e restaurar condições mínimas de abrigo e segurança. Apesar destes esforços, a análise evidencia que as intervenções de protecção social permanecem fortemente focalizadas em respostas assistenciais e de curto prazo, com cobertura ainda limitada face à dimensão das necessidades existentes. A afectação orçamental reduzida, a dependência de parcerias e a ausência de mecanismos estruturados de acompanhamento de médio e longo prazo constituem desafios na consolidação de um sistema de protecção social mais abrangente.

No que respeita à Meta 1.4, associada ao acesso equitativo a recursos económicos e à terra, os dados indicam a emissão de 2.250 títulos de DUAT para singulares, o que representa um avanço importante na formalização da posse da terra e na segurança jurídica dos direitos de uso e aproveitamento. Todavia, a ausência de informação sobre DUATs homologados, planos de estrutura urbana e áreas comunitárias delimitadas e certificadas evidencia fragilidades na consolidação do ordenamento territorial e na garantia de acesso equitativo e sustentável aos recursos fundiários, particularmente para comunidades rurais e grupos vulneráveis.

A vulnerabilidade à pobreza em Manhiça é agravada pela exposição recorrente a choques climáticos e ambientais. As inundações registadas nos últimos anos, associadas à proximidade do rio Incomáti e a eventos climáticos extremos, têm provocado perdas de habitações, meios de subsistência e infraestruturas básicas, afectando sobretudo agregados familiares já em situação de pobreza. Embora tenham sido

prestados apoios pontuais às vítimas de vendavais e inundações, os dados indicam fragilidades na implementação de estratégias locais estruturadas de redução do risco de desastres, conforme preconizado pela Meta 1.5 do ODS 1. Este contexto sugere que a pobreza no território é não apenas persistente, mas também volátil, podendo agravar-se significativamente em períodos de crise climática.

As percepções recolhidas junto dos grupos focais com populações vulneráveis reforçam esta leitura. As participantes associam a pobreza à escassez de oportunidades de emprego formal, à dependência do comércio informal e de actividades de subsistência, bem como às dificuldades de acesso a serviços básicos como água, energia, saúde, educação e transporte. A pobreza é descrita como um fenómeno que limita a autonomia económica, sobretudo das mulheres e afectando o futuro das crianças e jovens.

As mulheres destacam ainda que, apesar da existência de programas de apoio e de organizações comunitárias activas no território, estes mecanismos têm um alcance limitado face às necessidades reais das comunidades. Iniciativas como as promovidas pela Associação Kutenga, AMUCHEFA, AMUDEIA, MULEIDE e ADPP foram identificadas como importantes na capacitação das mulheres, na prevenção da violência, na promoção da saúde sexual e reprodutiva e no fortalecimento de competências para o auto-emprego. Embora estas iniciativas não eliminem a pobreza estrutural, são vistas como mecanismos relevantes de mitigação e de fortalecimento da resiliência individual e comunitária.

Em síntese, a implementação do ODS 1 em Manhiça evidencia avanços concretos na expansão da protecção social e na resposta a situações de vulnerabilidade, mas permanece condicionada por desafios estruturais ligados à fraca diversificação económica, à insuficiência de oportunidades de rendimento sustentável, à exposição a choques climáticos e à limitada capacidade institucional e financeira. A conjugação entre dados institucionais e percepções comunitárias demonstra que a erradicação da pobreza no território exige uma abordagem que articule protecção social, desenvolvimento económico local, ordenamento territorial, resiliência climática e inclusão social, assegurando que o princípio de "não deixar ninguém para trás" se traduza em melhorias concretas e duradouras nas condições de vida da população.

ODS 2: Erradicar a Fome

O ODS 2 visa "acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável", constituindo um eixo central do desenvolvimento local no território da Manhiça, onde a maioria da população depende directa ou indirectamente da agricultura familiar e de actividades económicas associadas à produção, transformação e comercialização de alimentos. Neste território, a fome e a insegurança alimentar não se manifestam apenas como insuficiência de alimentos, mas como um fenómeno multidimensional, fortemente associado à pobreza rural, à vulnerabilidade climática, às limitações de acesso a insumos produtivos, infraestruturas, mercados e serviços de extensão agrária.

A implementação do ODS 2 em Manhiça envolve de forma directa o Governo Distrital, através do SDAE, em articulação com o CMVM, particularmente nas áreas de apoio à produção agrícola, pecuária e pesqueira, segurança alimentar, nutrição e dinamização da economia local. A nível nacional, este objectivo é enquadrado por instrumentos estratégicos como a ENDE 2025–2044, o PQG, o Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário (PNISA) e as políticas de segurança alimentar e nutricional, que orientam a acção pública no reforço da agricultura sustentável, no aumento da produtividade e na melhoria da nutrição, especialmente para grupos vulneráveis.

Do ponto de vista económico-produtivo, os dados institucionais indicam que o território de Manhiça apresenta um desempenho global positivo, com uma produção global que atingiu 96% do plano em 2024, impulsionada sobretudo pelo comércio a retalho e a grosso, pela agricultura, pecuária e pescas e pela indústria transformadora. A produção agrária, em particular, manteve níveis elevados de realização, evidenciando a centralidade do sector agrícola para a economia local e para a segurança alimentar das famílias. No entanto, este desempenho agregado esconde fragilidades estruturais ao nível da agricultura familiar, que continua a ser maioritariamente de sequeiro, dependente das condições climáticas e com fraco acesso a tecnologias, equipamentos e infraestruturas de irrigação.

A análise dos indicadores do ODS 2 revela avanços importantes, mas também lacunas significativas. No âmbito da Meta 2.1, que visa acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano, constata-se uma limitação relevante na disponibilidade de dados. A ausência de informação actualizada sobre a prevalência da desnutrição crónica e sobre o número de pessoas beneficiadas por acções de educação nutricional dificulta uma avaliação robusta do impacto das intervenções na segurança alimentar e na nutrição. Esta lacuna evidencia desafios na monitoria sistemática do estado nutricional da população, particularmente de crianças, mulheres e outros grupos vulneráveis, num contexto em que a segurança alimentar depende não apenas da produção, mas também da diversidade alimentar, do rendimento e do acesso a serviços básicos.

Relativamente à Meta 2.3, orientada para duplicar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores, os dados disponíveis apontam para um esforço significativo de apoio técnico e produtivo aos agricultores familiares. Em 2024/2025, 7.160 produtores foram assistidos em actividades de produção agrícola e 1.656 produtores em actividades de produção pecuária, demonstrando uma cobertura expressiva dos serviços de extensão rural. Adicionalmente, 612 produtores beneficiaram de sementes melhoradas, tendo sido disponibilizados 556 kg de sementes, o que contribui para o aumento da produtividade e para a redução do risco de perdas agrícolas.

A adopção de práticas sustentáveis apresenta resultados moderados, com 30% dos agricultores a praticarem técnicas de Agricultura de Conservação, indicando avanços na promoção de sistemas produtivos mais resilientes, embora ainda limitados face à dimensão do sector agrícola no território. A cobertura total dos serviços veterinários constitui um ponto positivo, reflectindo um esforço consistente na protecção do efectivo pecuário e na redução de riscos sanitários.

No plano económico, foram criados 97 auto-empregos em actividades de produção agrária e pecuária, sinalizando um contributo directo do sector agrícola para a geração de rendimentos e meios de subsistência. O acesso aos serviços financeiros abrangeu 3 222 produtores agrícolas e pecuários, o que representa um avanço relevante na inclusão financeira rural, ainda que o número permaneça insuficiente face ao universo total de pequenos produtores do distrito.

Persistem, contudo, constrangimentos estruturais no alcance deste ODS, com destaque para a inexistência de infraestruturas de comercialização agrícola construídas ou reabilitadas, o que limita o escoamento da produção, a agregação de valor e a estabilidade dos preços recebidos pelos produtores. Igualmente preocupante é a ausência de agricultores com acesso a equipamentos agrícolas e suplementos, reforçando a dependência de técnicas manuais e reduzindo o potencial de aumento da produtividade.

Tabela 2: Quadro de indicadores do ODS 2

Indicador QNI	VALOR	Fonte da Info	NOTAS
Meta 2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.			
2.1.MZ_1 Prevalência de desnutrição crónica	-	-	A ausência de dados actualizados e desagregados sobre a prevalência de desnutrição crónica limita a avaliação precisa da situação nutricional no território.
2.1.MZ_1_NM_1 Número de pessoas beneficiadas pelas palestras sobre educação nutricional usando produtos locais	-	-	A inexistência de registos consolidados sobre acções de educação nutricional indica fragilidades na sistematização das intervenções de promoção do consumo de alimentos locais, nutritivos e diversificados.
Meta 2.3 Até 2030, duplicar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de geração de renda e de emprego não agrícola.			
2.3.MZ_2 Renda média de produtores de alimentos do sector familiar, por sexo.	-	-	A falta de dados sobre o rendimento médio dos produtores familiares, desagregados por sexo, dificulta a análise das desigualdades económicas.
2.3.MZ_2_NM_1 Número de DUATs para fins de actividade agrícola entregues a camponeses ou cooperativas	-	-	A ausência de informação sobre DUATs atribuídos para fins agrícolas evidencia limitações no acompanhamento do acesso seguro à terra, factor determinante para o aumento da produtividade e da renda rural.
2.3.MZ_2_NM_2 Número de produtores beneficiados de sementes melhoradas	612	SDAE	A distribuição de sementes melhoradas aos produtores contribui para o aumento da produtividade agrícola e para a redução da vulnerabilidade climática, embora a cobertura ainda seja limitada face ao universo total de produtores.
2.3.MZ_2_NM_3 Número de produtores assistidos em actividades de produção pecuária	1 656	SDAE	A assistência aos produtores pecuários reflecte esforços de extensão rural no sector, com impacto positivo na sanidade animal e na diversificação das fontes de renda.
2.3.MZ_2_NM_4 Número de produtores assistidos em actividades de produção agrícola	7 160	SDAE	O apoio técnico a produtores agrícolas demonstra uma intervenção relevante na promoção da produção alimentar, embora persistam desafios relacionados com a regularidade da assistência e a adopção de tecnologias melhoradas.
2.3.MZ_2_NM_5 Kilogramas de sementes melhoradas disponibilizadas aos produtores	556	SDAE	A disponibilização de sementes melhoradas constitui um contributo para o reforço da produção agrícola, mas revela ainda uma escala insuficiente para assegurar ganhos significativos e sustentados de produtividade.
2.3.MZ_2_NM_6 Percentagem de Agricultores que praticam técnicas de Agricultura de Conservação	30%	SDAE	A adopção de práticas de Agricultura de Conservação por 30% dos agricultores evidencia ser ainda necessário expandir a cobertura para aumentar a resiliência face às mudanças climáticas.
2.3.MZ_2_NM_7 Número de Agricultores com acesso aos equipamentos agricolas e suplementos	0	SDAE	A inexistência de agricultores com acesso a equipamentos agrícolas e suplementos evidencia limitações na mecanização e modernização da produção.
2.3.MZ_2_NM_8 Taxa de cobertura dos serviços de veterinária	100%	SDAE	A cobertura total dos serviços de veterinária contribui para a melhoria da sanidade animal, prevenção de doenças e estabilidade da produção pecuária.
2.3.MZ_2_NM_9 Número de auto-empregos criados em actividades de produção agrária e pecuária	97	SDAE	Evidencia potencial da agricultura como fonte de geração de rendimento e inclusão económica, sobretudo em contextos rurais.
2.3.MZ_2_NM_11 Número de infra-estruturas de comercialização agricola construidas e reabilitadas	0	SDAE	A inexistência de infra-estruturas de comercialização agrícola continua a limitar o escoamento da produção, o acesso aos mercados e a valorização dos produtos locais.
2.3.MZ_2_NM_12 Número de produtores agricolas e pecuarios com acesso aos servicos financeiros	3 222	SDAE	Avanço relevante para o investimento produtivo, embora a inclusão financeira rural permaneça um desafio estrutural.
Meta 2.a Aumentar o investimento, inclusive por via do reforço da cooperação internacional, em infraestruturas rurais, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos			
2.a.MZ_1 Percentagem do orçamento da agricultura no orçamento global do estado	-	-	A ausência de dados sobre a percentagem do orçamento destinada à agricultura dificulta a análise do nível de prioridade atribuída ao sector.
2.a.MZ_1_NP_1 Número de Extensionistas Agrícolas admitidos	0	SDAE	A não admissão de novos extensionistas agrícolas limita a capacidade de assistência técnica contínua aos produtores.
2.a.MZ_1_NP_2 Número de Extensionistas Pecuários admitidos	0	SDAE	A inexistência de admissões de extensionistas pecuários compromete o reforço dos serviços de apoio ao sector, com impactos na produtividade e sanidade animal.
2.a.MZ_1_NP_3 Área irrigada infra-estruturada (ha)	23900	SDAE	Representa um activo importante para a produção agrícola, embora a sua manutenção e expansão continuem a ser desafios relevantes.
2.a.MZ_1_NP_4 Número de produtores assistidos em produção pecuária	1 656	SDAE	A assistência aos produtores pecuários reforça a capacidade produtiva do sector e contribui para a segurança alimentar e a geração de rendimentos nas comunidades rurais.
2.a.MZ_1_NP_5 Número de produtores assistidos em produção agrícola	7 160	SDAE	O apoio técnico prestado aos produtores agrícolas evidencia um esforço significativo de extensão rural, com impacto directo na produção alimentar local.
2.a.MZ_1_NP_6 Hectares de regadios construidos	0	SDAE	A ausência de novos regadios construídos evidencia limitações no investimento em infraestruturas hídricas, essenciais para a intensificação e estabilidade da produção.
2.a.MZ_1_NP_7 Hectares de regadios reabilitados	0	SDAE	A não reabilitação de regadios existentes compromete a eficiência das áreas irrigadas e reduz o potencial produtivo, sobretudo em contextos de mudanças climática.

No âmbito da Meta 2.a, que visa aumentar o investimento em infraestruturas rurais, investigação e extensão agrícola, os dados revelam fragilidades institucionais e de recursos humanos. Não foram admitidos extensionistas agrícolas nem pecuários no período em análise, o que pode comprometer a sustentabilidade e a qualidade do apoio técnico prestado aos produtores. Por outro lado, a existência de

23 900 hectares de área irrigada infraestruturada representa um activo estratégico importante para a produção, sobretudo num contexto de variabilidade climática. No entanto, a inexistência de regadios construídos/reabilitados sugere limitações na expansão e modernização das infraestruturas de irrigação.

As percepções recolhidas nos Grupos Focais de Discussão com grupos vulneráveis aprofundam esta leitura, revelando que a insegurança alimentar continua a ser uma realidade quotidiana para muitas famílias em Manhiça. PcD, idosos, mulheres e jovens referiram que a agricultura constitui a principal fonte de subsistência, mas é exercida em condições cada vez mais adversas, marcadas pela degradação das infraestruturas, dificuldades de acesso à água, mercados distantes e fraca capacidade de escoamento da produção. As cheias e inundações que se fazem sentir nos últimos anos foram apontadas como factores que destruíram machambas, reduziram drasticamente as colheitas e comprometeram os rendimentos, agravando a fome e a dependência de estratégias de sobrevivência de curto prazo.

Este contexto evidencia que os impactos das mudanças climáticas – nomeadamente cheias, inundações e períodos de seca – constituem um dos principais riscos para a concretização do ODS 2 em Manhiça. A recorrência destes eventos extremos fragiliza os sistemas de produção alimentar, aumenta a vulnerabilidade dos pequenos produtores e compromete os progressos alcançados na segurança alimentar e na redução da fome. Importa, por isso, reconhecer que os dados dos indicadores actualmente disponíveis podem já não reflectir plenamente a deterioração das condições alimentares em algumas comunidades afectadas por eventos climáticos recentes.

Em síntese, a análise do ODS 2 em Manhiça revela um território com forte vocação agrícola e esforços institucionais relevantes para promover a produção, a segurança alimentar e a nutrição, mas ainda marcado por desafios estruturais profundos. A dependência da agricultura de sequeiro, a fraca diversificação dos meios de vida, a limitada infraestruturação rural, a insuficiente integração entre produção, comercialização e nutrição, e a elevada vulnerabilidade climática condicionam a erradicação da fome e a construção de sistemas alimentares sustentáveis. O alcance efectivo do ODS 2 no Distrito e Município de Manhiça exige, assim, o reforço da agricultura resiliente ao clima, investimentos consistentes em infraestruturas produtivas e de mercado, melhoria dos sistemas de dados e uma articulação mais forte entre segurança alimentar, protecção social e desenvolvimento económico local, garantindo que os grupos mais vulneráveis não fiquem para trás no alcance do ODS 2 da Agenda 2030.

ODS 3: Saúde de Qualidade

O ODS 3 visa “assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades” e constitui um eixo central do desenvolvimento humano no território local da Manhiça, dada a sua relação directa com a redução da mortalidade evitável, o controlo das doenças transmissíveis, a saúde materno-infantil e a capacidade produtiva da população. Num território caracterizado por dinâmicas rurais e urbanas combinadas, desigualdades territoriais e exposição recorrente a choques climáticos, a concretização deste ODS assume uma importância estratégica para a resiliência social e económica local.

A nível nacional, o ODS 3 é operacionalizado através de instrumentos como o PQG, o Plano Estratégico do Sector da Saúde, a Estratégia Nacional de Resposta ao HIV/SIDA, os programas de controlo da malária, tuberculose e saúde materno-infantil, sob liderança do Ministério da Saúde (MISAU). No plano local, estas

orientações são territorializadas pelo SDSMAS e pelo CMVM, através do PESOD, do POA e de planos sectoriais, que enquadram a gestão da rede sanitária, a prevenção de doenças e a promoção da saúde.

Em termos de infra-estrutura e recursos humanos, Manhiça dispõe de uma rede sanitária composta por 23 Unidades Sanitárias, incluindo 1 Hospital Distrital, 1 Hospital Rural, 1 Centro de Saúde Urbano, 18 Centros de Saúde Rurais e 2 Postos de Saúde, distribuídos pelos postos administrativos de Maluana, Manhiça-Sede, Calanga, 3 de Fevereiro, Xinavane e Ilha Josina Machel. Esta rede constitui a espinha dorsal da prestação de cuidados de saúde primários no território, assegurando serviços essenciais como vacinação, consultas materno-infantis, prevenção e tratamento de doenças comuns e actividades de promoção da saúde. A presença de 38 Agentes Polivalentes de Saúde (APS) contribui para aproximar os serviços às comunidades, embora não é suficiente para suprir as lacunas existentes.

A análise dos indicadores do ODS 3 evidencia progressos relevantes, mas também desafios persistentes, conforme a tabela abaixo.

Tabela 3: Quadro de indicadores do ODS 3

Objectivo 3. Assegurar umxaa vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades			
Indicador QNI	**VALOR**	**Fonte da Info**	**NOTAS**
Meta 3.3 Até 2030, acabar com as epidemias de SIDA, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis			
3.3.1 Número de novas infecções de HIV por 1000 habitantes não-infectados, por sexo, idade e população chave	71	Sisma	O valor reportado evidencia a persistência da transmissão do HIV no território, reflectindo desafios contínuos na prevenção.
3.3.1_NM_2 Número de Crianças em tratamento antiretroviral (TARV)	1 813	Sisma	O número indica um esforço relevante na identificação e inclusão de crianças HIV+ em TARV, contribuindo para a redução da mortalidade.
3.3.1_NM_3 Número de Adultos em tratamento antiretroviral (TARV)	71	Sisma	O dado reflecte a cobertura do tratamento entre a população adulta diagnosticada.
3.3.1_NM_4 Número de Profissionais de Saúde (PS) capacitados e formados em matérias de prevenção do HIV	1813	Sisma	A capacitação dos profissionais de saúde reforça a resposta institucional ao HIV, melhorando a qualidade do aconselhamento e prevenção.
3.3.1_NM_5 Número de pacientes diagnosticados com Tuberculose	920	Sisma	O número de casos diagnosticados revela a carga da TB no território e a importância da vigilância activa e da integração dos serviços de TB e HIV.
3.3.1_NM_6 Número de Pacientes coinfectados com TB/HIV em TARV	402	Sisma	A coinfecção TB/HIV continua a representar um desafio significativo, exigindo abordagens integradas para garantir adesão ao tratamento.
3.3.3 Incidência de malária por 1.000 habitantes	4,3	Sisma	A incidência registada confirma que a malária permanece como um problema de saúde pública, influenciado por factores ambientais.
3.3.3_NM_1 Número de famílias beneficiadas com redes mosqueteiras	0	Sisma	A ausência de famílias beneficiadas indica lacunas na implementação das estratégias preventivas comunitárias contra a malária.
3.3.3_NM_2 Número de mulheres gravidas que recebem pelo menos uma rede mosquiteira nas consultas pre-natais	13 562	Sisma	O fornecimento de redes às mulheres grávidas demonstra foco na prevenção da malária em grupos vulneráveis.
3.3.3_NM_3 Número de pacientes diagnosticados com malária	12 107	Sisma	O elevado número de casos diagnosticados evidencia a elevada exposição da população ao vector e a pressão sobre os serviços.
3.3.3_NM_4 Número de óbitos por malária	4	Sisma	Apesar do baixo número de óbitos, estes continuam a ser evitáveis, reforçando a necessidade de prevenção eficaz e tratamento oportuno.
Meta 3.8 Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a protecção do risco financeiro, o acesso a serviços essenciais de saúde de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos			
3.8.1 Cobertura de serviços essenciais de saúde (definida como a cobertura média de serviços essenciais baseados em intervenções de rastreamento que incluem saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil, doenças infecciosas, doenças não transmissíveis e capacidade de e acesso a serviços, entre a população geral e mais desfavorecida)	-	-	A inexistência de dados consolidados limita a avaliação abrangente da cobertura dos serviços essenciais, indicando fragilidades nos sistemas de informação em saúde.
3.8.1_NP_1 Número de crianças menores de 5 anos completamente vacinadas	10 429	Sisma	O indicador demonstra progressos na imunização infantil, embora persistam desafios no alcance universal, sobretudo em zonas remotas.
3.8.1_NP_2 Número de mulheres de 25 a 54 anos rastreadas em cancro do colo uterino	9 760	Sisma	O rastreio contribui para o diagnóstico precoce e redução da mortalidade por cancro do colo uterino.
3.8.1_NP_3 Número de partos institucionais assistidos	10 257	Sisma	O número de partos institucionais evidencia melhorias no acesso aos serviços de saúde materna, reduzindo riscos de mortalidade materna.
3.8.1_NP_4 Número de crianças HIV+ que recebem TARV	71	Sisma	A cobertura do TARV pediátrico é fundamental para a sobrevivência e desenvolvimento saudável das crianças infectadas.
3.8.1_NP_5 Número de adultos HIV+ que recebem TARV	1 813	Sisma	O acesso ao TARV entre adultos contribui para o controlo da epidemia, embora ainda existam desafios de adesão e continuidade do tratamento.
Meta 3.c Aumentar substancialmente o financiamento em saúde e o recrutamento, desenvolvimento, formação e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos			
3.c.1 Densidade e distribuição dos profissionais da saúde: a) Médicos; b) Enfermeira de SMI; c) Enfermeiros; d) Dentistas e; e) Técnicos Farmacêuticos	-	-	A ausência de dados agregados limita a análise global da suficiência e equidade na distribuição dos profissionais de saúde.
3.c.1_NP_1 Rácio Profissionais de Saúde/habitante	Medico e (1/ 11784) Enfermeiro (1/1509)	SDSMAS	Os rácios apresentados evidenciam défices significativos de médicos e enfermeiros por habitante, condicionando a qualidade, cobertura e eficiência dos serviços de saúde.

No âmbito da Meta 3.3, que visa acabar com as epidemias de VIH/SIDA, tuberculose, malária e outras doenças transmissíveis até 2030, os dados indicam que estas patologias continuam a representar um peso significativo para a saúde pública local. O número de novas infecções por HIV situa-se em 71 casos por 1.000 habitantes não infectados, revelando que a transmissão do vírus permanece activa no território, exigindo o reforço contínuo das estratégias de prevenção, testagem e mudança de comportamentos.

Relativamente ao tratamento, registam-se 1.813 crianças e 71 adultos em Tratamento Antiretroviral (TARV), o que demonstra a capacidade do sistema de saúde local em assegurar o seguimento clínico dos doentes diagnosticados, ainda que estes números também reflictam a elevada prevalência do HIV na população. Um elemento positivo associado à resposta institucional é o elevado número de profissionais de saúde capacitados em matérias de prevenção do HIV (1 813), o que contribui para a melhoria da qualidade dos serviços, da educação sanitária e da abordagem integrada da doença ao nível comunitário e das unidades sanitárias.

A tuberculose continua igualmente a constituir um desafio importante, com o registo de 920 pacientes diagnosticados, dos quais 402 apresentam coinfecção TB/HIV em TARV. Esta elevada taxa de coinfecção confirma a forte interligação entre as duas epidemias e reforça a necessidade de abordagens integradas de diagnóstico, tratamento e acompanhamento, bem como de acções preventivas direccionadas aos grupos mais vulneráveis.

No que se refere à malária, a incidência registada é de 4,3 casos por 1.000 habitantes, com 12 107 pacientes diagnosticados e 4 óbitos associados, o que demonstra que, apesar de alguma contenção da mortalidade, a doença continua amplamente disseminada. A inexistência de famílias beneficiadas com redes mosquiteiras constitui um constrangimento relevante, contrastando com o elevado número de mulheres grávidas que receberam pelo menos uma rede mosquiteira nas consultas pré-natais (13 562). Este dado sugere que as estratégias de prevenção estão fortemente concentradas no grupo materno-infantil, deixando lacunas ao nível da cobertura familiar e comunitária mais ampla.

No quadro da Meta 3.8, que visa atingir a cobertura universal de saúde, os indicadores disponíveis apontam para avanços consistentes em áreas-chave da saúde materna, infantil e reprodutiva. O registo de 10 429 crianças menores de cinco anos completamente vacinadas confirma uma cobertura elevada da imunização infantil, alinhada com os objectivos de prevenção de doenças evitáveis por vacinação. Do mesmo modo, o rastreio de 9 760 mulheres entre os 25 e os 54 anos para o cancro do colo do útero reflecte progressos importantes na prevenção e diagnóstico precoce de doenças não transmissíveis, com impacto directo na redução da mortalidade feminina.

Os 10 257 partos institucionais assistidos evidenciam uma adesão significativa aos serviços de saúde materna, contribuindo para a redução dos riscos associados ao parto domiciliar e para a melhoria dos indicadores de saúde materno-infantil. No domínio do HIV, os dados indicam que 71 crianças HIV+ e 1 813 adultos HIV+ recebem TARV, reforçando o compromisso com o acesso contínuo a medicamentos essenciais, ainda que subsistam desafios relacionados com a retenção e a adesão ao tratamento.

No que diz respeito à Meta 3.c, centrada no reforço do financiamento e dos recursos humanos em saúde, os dados disponíveis confirmam limitações estruturais na densidade de profissionais de saúde. O rácio de 1 médico para 11 784 habitantes e de 1 enfermeiro para 1 509 habitantes permanece abaixo dos padrões

recomendados internacionalmente, o que condiciona a capacidade de resposta do sistema de saúde local, sobretudo em contextos de elevada carga de doenças transmissíveis e procura crescente por serviços.

Estas limitações estruturais são confirmadas pelas percepções recolhidas nos GFD com grupos vulneráveis. PcD, idosos, mulheres e jovens relataram dificuldades recorrentes no acesso efectivo aos serviços de saúde, associadas à distância às unidades sanitárias, falta de transporte, escassez de medicamentos, fraca qualidade do atendimento e ausência de mecanismos de prioridade para grupos com necessidades específicas, assim como a falta de médicos para atender diferentes patologias.

Importa ainda sublinhar que o contexto recente de eventos climáticos extremos, incluindo inundações que afectaram a Manhiça, tende a agravar os desafios do ODS 3. Estes choques aumentam o risco de doenças transmitidas pela água, dificultam o acesso físico às unidades sanitárias, comprometem infraestruturas e aprofundam vulnerabilidades já existentes, sobretudo entre famílias pobres, idosos e pessoas com deficiência. Assim, mesmo os progressos registados nos indicadores de saúde podem sofrer retrocessos se não forem acompanhados por investimentos em resiliência, prevenção e resposta a emergências.

Em síntese, a análise integrada do ODS 3 em Manhiça revela um território com avanços importantes na expansão de serviços essenciais de saúde, nomeadamente vacinação, TARV e assistência ao parto, mas ainda marcado por desafios estruturais profundos relacionados com recursos humanos insuficientes, desigualdades territoriais, fragilidade da prevenção de doenças e acesso limitado para grupos vulneráveis. O alcance efectivo do ODS 3 no distrito e município exige o reforço do sistema de saúde primária, investimentos contínuos em infraestruturas e pessoal, melhoria da qualidade do atendimento, integração da redução do risco de desastres na planificação sanitária e maior articulação com as comunidades, garantindo que o princípio de não deixar ninguém para trás se traduza em ganhos reais de saúde e bem-estar para toda a população da Manhiça.

ODS 4: Educação de Qualidade

O ODS 4 visa assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. No Distrito e Município de Manhiça, a concretização deste objectivo constitui um eixo central do desenvolvimento humano, uma vez que a educação é determinante para a redução das desigualdades sociais, a promoção da igualdade de género e o reforço das capacidades produtivas e cívicas da população.

A coordenação local do ODS 4 em Manhiça é assegurada pelo Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT), em articulação com o CMVM e as comunidades escolares, incluindo os Conselhos de Escola que integram pais e encarregados de educação. Estes actores têm procurado traduzir orientações nacionais – como o Plano Estratégico da Educação 2020-2029, que prioriza o acesso universal ao ensino, melhoria da qualidade e expansão progressiva dos níveis – em intervenções locais através de instrumentos como o PESOD, o POA, e os planos anuais sectoriais.

A nível nacional, o ODS 4 enquadra-se nas orientações nacionais definidas pela ENDE 2025–2044, o PQG, pelo Plano Estratégico da Educação, pela Estratégia Nacional de Desenvolvimento e pelas políticas de educação inclusiva e formação técnico-profissional.

Os documentos institucionais analisados evidenciam que o sector da educação em Manhiça tem registado progressos graduais na expansão do acesso ao ensino primário, com particular destaque para o aumento da rede escolar, o esforço de redução das distâncias percorridas pelas crianças e a melhoria das taxas de matrícula. Estes avanços reflectem investimentos na construção e reabilitação de salas de aula, na alocação de professores e na distribuição de material escolar, contribuindo para a melhoria da cobertura do sistema de educação, sobretudo no ensino básico. No entanto, o crescimento demográfico e a dispersão das comunidades rurais continuam a exercer pressão significativa sobre a capacidade instalada.

A análise com base nas metas e indicadores evidencia igualmente avanços relevantes, assim como desafios estruturais persistentes que condicionam a qualidade e a equidade do sistema educativo local.

Tabela 4: Quadro de indicadores do ODS 4

Objectivo 4. Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos			
Indicador QNI	**VALOR**	**Fonte da Info**	**NOTAS**
Meta 4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao género, e que propiciem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos			
4.a.1 Percentagem de escolas com acesso a: (a) eletricidade; (b) internet para fins pedagógicos; (c) computadores para fins pedagógicos; (d) infraestrutura e materiais adaptados para estudantes com deficiências; (e) água potável; (f) instalações sanitárias para cada sexo; e (g) instalações básicas para lavagem das mãos (de acordo com as definições do indicador (WASH).	-		A inexistência de dados agregados impede uma avaliação integrada das condições físicas das escolas, revelando limitações na sistematização da informação sectorial.
4.a.1_NM_2 Percentagem de escolas equipadas com computadores e acesso a internet	1%	SDEJT - PESOD/ Carta Escolar/ Balaco Anual	O valor extremamente reduzido evidencia fortes limitações no acesso às tecnologias de informação e comunicação para fins pedagógicos, afectando a qualidade do ensino.
4.a.1_NM_3 Percentagem de escolas com acesso a electricidade	40,4%	SDEJT - PESOD/ Carta Escolar/ Balaco Anual	A cobertura parcial de electricidade nas escolas condiciona o funcionamento regular das instituições de ensino, sobretudo no uso de equipamentos pedagógicos e tecnologias educativas.
4.a.1_NM_4 Percentagem de escolas com acesso a fonte de água potável	88,1%	SDEJT PESOD/ Carta Escolar/ Balaco Anual	O elevado nível de acesso à água potável contribui para a melhoria das condições de higiene, saúde e bem-estar dos alunos e professores.
4.a.1_NM_5 Percentagem de alunos beneficiados com material escolar em programas de ensino aprendisagem	55,9%	SDEJT - PESOD/ Carta Escolar/ Balaco Anual	O indicador demonstra esforços no apoio aos alunos mais vulneráveis, embora uma parte significativa da população estudantil continue sem acesso a material escolar adequado.
4.a.1_NM_6 Número de escolas adptadas a crianças com necessidade educativa especiais (NEE).	82	SDEJT - PESOD/ Carta Escolar/ Balaco Anual	A existência de escolas adaptadas representa avanços na educação inclusiva, apesar de ainda ser insuficiente face à procura potencial.
4.a.1_NP_1 Número total de alunos inscritos no EP, incluindo crianças com NEE	44 086	SDEJT Balanco do PES	O número reflecte a elevada procura pelo ensino primário e a pressão contínua sobre as infraestruturas e os recursos humanos do sector.
4.a.1 NP 2 Número total de alunos inscritos no ES1, incluindo alunos com NEE	26 612	SDEJT -Balanco do PES	O indicador evidencia a transição significativa do ensino primário para o secundário, embora persistam desafios de retenção e conclusão.
4.a.MZ_1 Rácio alunos por sala de aula no Ensino Primário	74	SDEJT -Balanco do PES	O rácio elevado indica sobrelotação das salas de aula, afectando negativamente o processo de ensino-aprendizagem.
4.a.MZ_1_NP_1 Rácio alunos professor no Ensino Primário	74	SDEJT -Balanco do PES	O rácio evidencia insuficiência de professores, comprometendo o acompanhamento pedagógico individualizado dos alunos.
Meta 4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes			
4.1.MZ_1 Percentagem de alunos que desenvolvem as competencias requeridas para o 1o Ciclo do Ensino Primário (incluindo leitura, escrita e cálculo)	88,1%	Balanco do Aproveitamento Pedagogico	O resultado indica progressos significativos na aprendizagem básica, embora ainda existam lacunas em contextos mais vulneráveis.
4.1.MZ_1_NP_1 Percentagem de alunos da 3ª Classe e do 1º Ciclo do Ensino Primário, que atingem as competências básicas de a) leitura e b) cálculo	84,6%	Balanco do Aproveitamento Pedagogico	O indicador demonstra melhorias no aproveitamento pedagógico, reflectindo esforços na qualidade do ensino inicial.
4.1.MZ_4 Taxa bruta de conclusão no a) Ensino primário, b) Primeiro ciclo do ensino secundário; e c) Segundo ciclo do ensino secundario	-	-	A ausência de dados consolidados limita a análise comparativa dos níveis de conclusão entre os diferentes ciclos de ensino.
4.1.MZ_4_NP_1 Taxa bruta de conclusão do Ensino Secundário do 1º Ciclo e 2º Ciclo	56,9%	Balanco do Aproveitamento Pedagogico/ INE	A taxa evidencia desafios na permanência e conclusão do ensino secundário, associados a factores socioeconómicos e institucionais.
4.1.MZ_4_NP_2 Taxa de conclusão no Ensino Primário	101,7%	Balanco do Aproveitamento Pedagogico/ INE	-
4.1.MZ_4_NP_3 Número de Graduados do Ensino Secundário do 1º Ciclo	3 085	Balanco do Aproveitamento Pedagogico/ INE	O número de graduados demonstra a capacidade do sistema em formar quadros intermédios, embora ainda limitada face à população em idade escolar.
4.1.MZ_5 Taxa liquida de escolarização na 1ª classe	65,1%	SDEJT Balanco Anual/ INE	O indicador revela que uma proporção significativa de crianças em idade oficial ainda permanece fora do sistema escolar.
4.1.MZ_5_NP_1 Taxa liquida de escolarização na 1ª Classe (ODS)	65,1%	SDEJT - Balanco Anual/ INE	O valor confirma desafios no acesso universal e oportuno ao ensino primário.
Meta 4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todas mulheres e homens ao ensino técnico, profissional e terciário acessível e de qualidade, inclusive a universidade			
4.3.MZ_2 Taxa bruta de escolarização no Ensino Técnico Profissional	-	-	A inexistência de dados consolidados dificulta a avaliação do acesso e da cobertura do ensino técnico-profissional.
4.3.MZ_2_NP_1 Número de efectivos escolares no Ensino Técnico-Profissional	517	SDEJT Balanco do PES	O número reduzido de estudantes evidencia limitações na oferta e na atractividade do ensino técnico-profissional.
4.3.MZ_3 Número de estudantes do ensino superior por mil habitantes	-	-	A ausência de dados agregados limita a análise do acesso ao ensino superior no território.
4.3.MZ_3_NP_1 Número de estudantes matriculados no Ensino Superior	882	SDEJT - Balanco do PES	O número de matrículas reflecte oportunidades ainda restritas de acesso ao ensino superior.
Meta 4.c Até 2030, aumentar substancialmente o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos			
4.c.1 Percentagem de professores no: a) pre escolar; b) ensino primário; c) primeiro ciclo do ensino secundário; e d) segundo ciclo do ensino secundário, que tenham recebido, pelo menos, a formação mínima de professores (por exemplo, formação pedagógica) antes do serviço ou em serviço, necessária para o ensino no nível relevante no país	-		A indisponibilidade de dados sistematizados limita a avaliação da qualificação do corpo docente nos diferentes níveis de ensino.
4.c.1_NP_1 Número de professores contratados para o subsistema de Educação Geral	28	SDEJT Balanco das Admissoes	O número de admissões contribui para mitigar o défice de professores, embora ainda seja insuficiente face às necessidades do sistema educativo.

No âmbito da Meta 4.a, que se centra na construção e melhoria de infraestruturas educativas seguras, inclusivas e sensíveis ao género e às necessidades especiais, os dados revelam uma situação marcada por

fortes assimetrias no acesso a condições básicas de funcionamento das escolas. Apenas 1% das escolas dispõe de computadores e acesso à internet para fins pedagógicos, o que demonstra uma limitação significativa na integração das tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino-aprendizagem, comprometendo a qualidade pedagógica e a preparação dos alunos para um contexto cada vez mais digital. O acesso à electricidade atinge 40,4% das escolas, evidenciando que a maioria das instituições educativas ainda funciona sem este recurso essencial, com impactos directos na utilização de equipamentos, na segurança e na extensão das actividades escolares.

Por outro lado, registam-se progressos mais expressivos no acesso à água potável, que abrange 88,1% das escolas, contribuindo positivamente para a saúde, higiene e permanência dos alunos, especialmente das raparigas. Ainda assim, apenas 55,9% dos alunos beneficiam de material escolar no âmbito dos programas de ensino-aprendizagem, o que indica que uma parte significativa dos estudantes enfrenta constrangimentos materiais que podem afectar o seu desempenho e assiduidade. Um aspecto positivo refere-se ao número de 82 escolas adaptadas para crianças com NEE, o que demonstra esforços no sentido da inclusão, embora estes avanços devam ser analisados à luz da qualidade e funcionalidade efectiva dessas adaptações.

A pressão sobre as infraestruturas é particularmente visível nos indicadores de densidade escolar. O rácio de 74 alunos por sala de aula no Ensino Primário, associado a um rácio aluno/professor igualmente elevado, evidencia situações de sobrelotação que comprometem a qualidade do ensino, limitam a atenção individualizada aos alunos e dificultam a implementação de metodologias pedagógicas inclusivas. Estes factores afectam de forma mais acentuada os alunos provenientes de contextos vulneráveis, reforçando desigualdades no acesso a aprendizagens significativas.

Relativamente à Meta 4.1, que visa garantir a conclusão do ensino primário e secundário com resultados de aprendizagem relevantes, os indicadores apontam para desempenhos pedagógicos relativamente positivos nos primeiros ciclos. Cerca de 88,1% dos alunos desenvolvem as competências requeridas para o 1.º ciclo do Ensino Primário, e 84,6% dos alunos da 3.ª classe atingem as competências básicas de leitura e cálculo, sinalizando progressos ao nível da aprendizagem fundamental. A taxa de conclusão do Ensino Primário, superior a 100%, reflecte dinâmicas de conclusão associadas à inclusão de alunos com trajectórias escolares irregulares, enquanto a taxa de conclusão do Ensino Secundário (1.º e 2.º ciclos), de 56,9%, evidencia dificuldades na retenção e progressão dos alunos nos níveis mais avançados.

A desistência escolar, sobretudo entre raparigas, adolescentes e crianças provenientes de agregados familiares pobres, constitui um desafio relevante identificado nos instrumentos de planificação. Factores como a pobreza, o trabalho infantil, as uniões prematuras, a gravidez precoce e a necessidade de contribuir para o sustento familiar continuam a afectar negativamente a permanência e o sucesso escolar. Os documentos institucionais reconhecem que, embora existam acções de sensibilização comunitária e programas de apoio social, estes ainda não são suficientes para responder à magnitude do problema.

A taxa líquida de escolarização na 1.ª classe, fixada em 65,1%, revela que uma proporção significativa de crianças em idade escolar permanece fora do sistema educativo formal ou ingressa de forma tardia, o que compromete a equidade no acesso e aumenta o risco de insucesso e abandono escolar ao longo do percurso educativo. O número de 3 085 graduados do Ensino Secundário do 1º ciclo demonstra algum

nível de consolidação da oferta educativa, mas também evidencia a necessidade de reforçar estratégias de transição e permanência no ensino secundário.

Importa ainda considerar que os choques climáticos recentes, incluindo inundações registadas no distrito, têm impacto directo no sector da educação, provocando interrupções do calendário escolar, degradação de infraestruturas e aumento do absentismo, sobretudo entre crianças de famílias vulneráveis. Estes factores reforçam a necessidade de integrar a resiliência climática e a gestão do risco de desastres no planeamento do sector educativo.

No que respeita à Meta 4.3, relativa ao acesso equitativo ao ensino técnico, profissional e superior, os dados indicam uma oferta ainda limitada, embora em crescimento. O Ensino Técnico-Profissional conta com 517 efectivos escolares, número reduzido face à dimensão da população estudantil do distrito, o que sugere constrangimentos na diversificação de percursos formativos orientados para o mercado de trabalho. O Ensino Superior regista 882 estudantes matriculados, o que evidencia a existência de oportunidades locais de formação avançada, ainda que restritas a uma parcela reduzida da população jovem, levantando desafios em termos de expansão, equidade de acesso e adequação da oferta às necessidades do desenvolvimento local.

A fraca oferta de formação técnico-profissional local reduz as possibilidades de inserção socioeconómica dos jovens e a ligação entre educação e mercado de trabalho, contribuindo para o desemprego juvenil e a informalidade. Esta lacuna é particularmente crítica num contexto em que a diversificação económica e o reforço das competências locais são essenciais para o desenvolvimento sustentável do território.

Finalmente, no âmbito da Meta 4.c, que se centra no reforço do contingente de professores qualificados, os dados disponíveis indicam a contratação de 28 novos professores para o subsistema de Educação Geral. Embora este esforço contribua para mitigar défices de recursos humanos, o número é insuficiente face aos elevados rácios aluno/professor observados, particularmente no Ensino Primário. A ausência de dados detalhados sobre a percentagem de professores com formação pedagógica adequada limita uma avaliação mais aprofundada da qualidade do corpo docente, mas os indicadores existentes sugerem a necessidade de investimentos adicionais na formação, contratação e retenção de professores.

A limitada disponibilidade de professores com formação em educação especial, a ausência de infraestruturas adaptadas e a escassez de materiais pedagógicos inclusivos restringem o acesso efectivo e a permanência destes alunos no sistema educativo. Esta situação compromete o princípio de equidade preconizado pelo ODS 4 e reforça ciclos de exclusão social.

Em síntese, a análise das metas e indicadores do ODS 4 em Manhiça revela um sistema educativo em processo de consolidação, com progressos importantes, mas ainda marcado por desafios estruturais significativos. A insuficiência de infraestruturas adequadas, a fraca integração das tecnologias digitais, os elevados rácios aluno/sala e aluno/professor e as limitações no acesso ao ensino técnico e superior constituem entraves no alcance de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade. O alcance das metas do ODS 4 no território exige, assim, o reforço contínuo do investimento em infraestruturas, recursos humanos e materiais pedagógicos, bem como estratégias integradas que assegurem não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso escolar ao longo de todo o ciclo educativo.

ODS 5: Igualdade de género

O ODS 5 visa “alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas”, constituindo um eixo transversal do desenvolvimento sustentável e um factor determinante para a redução da pobreza, a melhoria da saúde, o acesso à educação e o crescimento económico inclusivo. No Distrito e Município de Manhiça, a implementação deste objectivo reveste-se de particular relevância, tendo em conta a persistência de desigualdades estruturais entre homens e mulheres, que se expressam nas esferas social, económica, cultural e institucional, e que são agravadas por factores como a pobreza, a vulnerabilidade climática e as dinâmicas socioculturais tradicionais.

A nível nacional, o ODS 5 é operacionalizado através de instrumentos estratégicos como a ENDE 2025–2044, o PQG, a Política de Género e Estratégia da sua Implementação, bem como os mecanismos de protecção social e de promoção dos direitos da mulher coordenados pelo Ministério do Trabalho, Género e Acção Social, em articulação com o INAS e outros sectores. No plano local, estas orientações são territorializadas através do PESOD e POA, com intervenção directa do SDSMAS e das estruturas municipais de acção social e governação local.

Do ponto de vista institucional, o território de Manhiça regista avanços importantes na participação das mulheres na vida política e pública, com uma presença feminina relevante nas assembleias locais, o que reflecte esforços de inclusão e cumprimento das metas de representação. Contudo, estes progressos coexistem com desigualdades persistentes no acesso ao poder efectivo de decisão, uma vez que a presença numérica nem sempre se traduz em influência substantiva sobre os processos de governação e alocação de recursos.

No domínio da Violência Baseada no Género (VBG), os dados administrativos evidenciam que esta continua a ser um dos principais desafios para a implementação do ODS 5 em Manhiça. Registam-se casos significativos de violência física, psicológica, patrimonial e uniões prematuras, afectando mulheres, raparigas e, em alguns casos, pessoas idosas. Apesar da existência de mecanismos formais de atendimento, como o Gabinete de Atendimento à Família e Menores Vítima de Violência (GAFMVV) e a actuação de grupos multissectoriais, a violência permanece fortemente associada a dinâmicas domésticas e comunitárias, muitas vezes invisibilizadas pelo silêncio social, pelo medo de represálias e pela normalização cultural de práticas discriminatórias.

No que se refere à Meta 5.2, que visa eliminar todas as formas de violência contra mulheres e raparigas, os dados do SDSMAS indicam uma situação preocupante. Cerca de 50,4% das mulheres e raparigas entre os 15 e 49 anos que já estiveram em relacionamentos reportaram ter sido vítimas de violência física, sexual ou psicológica por parceiro actual ou ex-parceiro, evidenciando a elevada prevalência da VBG no território. Este dado confirma que a violência doméstica constitui uma das principais expressões da desigualdade de género em Manhiça, com impactos directos na saúde, bem-estar e autonomia das mulheres.

No mesmo período, foram assistidos 123 casos de violência, incluindo violência psicológica contra idosos no seio familiar, violência patrimonial e 29 casos de uniões prematuras, ainda que este número represente uma redução face ao igual período de 2023. Destaca-se igualmente o registo de 9 crianças vítimas de

uniões prematuras que foram reintegradas nas famílias ou encaminhadas para protecção alternativa, através da articulação do grupo multissectorial e do GAFMVV.

Tabela 5: Quadro de indicadores do ODS 5

Objectivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e raparigas			
Indicador QNI	**VALOR**	**Fonte da Info**	**NOTAS**
Meta 5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e raparigas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos			
5.2.1 Percentagem de mulheres e raparigas de (15 a 49 anos de idade) que já tiveram relacionamentos, sujeitas a a) violência física, b) sexual ou psicológica por um parceiro actual ou ex-parceiro nos últimos 12 meses, por forma de violência e por idade	50,41%	SDSMAS	O valor elevado evidencia a persistência da violência baseada no género, constituindo um desafio estrutural que exige reforço das acções de prevenção, protecção e resposta multissectorial.
5.2.1_NM_2 Número de crianças vítimas de uniões prematuras retornadas às famílias próprias ou colocadas em protecção alternativa	9	SDSMAS	As vítimas foram encaminhadas ao Gabinete de Atendimento à Família e Menores Vítima de Violência (GAFMVV) através do grupo multissectorial, evidenciando mecanismos institucionais de protecção e reintegração social.
5.2.1_NM_3 Número de casos de violência assistidos	123	SDSMAS	8 de violência psicológica contra idoso dentro de casa, 5 patrimonial (ocorreram dentro de casa, as vitimas com idades com compreendidas de 27 a 48 anos) e 29 casos de uniões prematuras, contra 39 do igual periodo do ano 2023.
Meta 5.5 Garantir a participação plena e efectiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública			
5.5.1 Percentagem de assentos ocupados por mulheres a) na Assembleia da República e b) nos Governos locais (Assembleias municipais)	51,52%	PESOM	O indicador revela avanços significativos na representação política das mulheres, reflectindo progressos na igualdade de género nos espaços de tomada de decisão.
5.5.1_NM_1 Percentagem de assentos ocupados por mulheres nas Assembleias municipais	42,42%	PESOM	Apesar dos avanços, a representação feminina nos órgãos locais permanece abaixo da paridade.
5.5.2 Percentagem de mulheres em cargos de gestão (chefia)	-	SDSMAS	Não foi possivel ter a percentagem apenas o número de 120 mulheres em cargos de gestão.
5.5.2_NM_1 Percentagem de mulheres em cargos de direcção e chefia	-	SDMAS	Não foi possivel ter a percentagem apenas o número de 1 mulher em cargos de direcção e chefia.
Meta 5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos económicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais			
5.a.MZ_1 (a) Número de DUATs, (b) área total de DUATs emitidos com finalidade de agricultura e pecuária; e (c) Percentagem das mulheres com DUATs para singulares com finalidade de agricultura e pecuária	6	PESOM	A informação disponivel é limitada, dificultando uma avaliação abrangente do acesso das mulheres à terra e aos recursos produtivos.
5.a.MZ_1_NM_1 Percentagem das mulheres com DUATs singulares com finalidade de agricultura e pecuária	0	PESOM	O valor nulo evidencia fortes desigualdades no acesso das mulheres à terra, constituindo um dos principais entraves ao seu empoderamento.
5.a.MZ_1_NM_2 Número de mulheres capacitadas em materias de empreendedorismo	75	SDSMAS	As acções de capacitação contribuem para o fortalecimento das competências económicas das mulheres.
5.a.MZ_1_NM_3 Número de kits de auto-emprego entregues às mulheres capacitadas	5	SDSMAS	A distribuição de kits representa um apoio inicial à autonomia económica das mulheres, embora a cobertura ainda seja limitada.

Estes dados revelam a existência de mecanismos institucionais de resposta e encaminhamento, mas também confirmam que práticas nocivas, como as uniões prematuras, continuam a afectar raparigas no território. As uniões prematuras surgem como uma preocupação central, estando intimamente ligadas à pobreza, à insegurança alimentar, ao abandono escolar e à vulnerabilidade económica das famílias. Esta realidade compromete o percurso educativo das raparigas, limita as suas oportunidades futuras e perpetua ciclos intergeracionais de desigualdade, revelando a forte interdependência entre o ODS 5, o ODS 1 (Erradicação da Pobreza) e o ODS 4 (Educação de Qualidade).

Relativamente à Meta 5.5, que promove a participação plena e efectiva das mulheres na liderança e na tomada de decisão, Manhiça apresenta sinais positivos. As mulheres ocupam 51,52% dos assentos nos órgãos locais considerados no PESOM, e 42,42% dos assentos nas Assembleias Municipais, o que reflecte um nível de representação feminina relativamente elevado no espaço político local. Este dado demonstra avanços significativos no cumprimento do princípio da paridade política e na inclusão das mulheres nos processos formais de governação local.

No entanto, quando analisada a participação das mulheres em cargos de direcção e chefia, a informação disponível revela limitações importantes. Embora existam 120 mulheres em cargos de gestão, apenas uma mulher ocupa cargos de direcção e chefia, sem que seja possível calcular a percentagem exacta. Esta assimetria sugere que, apesar da presença feminina nos espaços políticos e administrativos, persistem barreiras estruturais e institucionais que limitam o acesso das mulheres aos níveis mais elevados de decisão e liderança.

No que respeita ao empoderamento económico das mulheres (Meta 5.a), o distrito e o município têm desenvolvido acções de capacitação em empreendedorismo e iniciativas de auto-emprego, incluindo a distribuição de kits de auto-emprego. No entanto, o alcance destas intervenções ainda é reduzido face à dimensão das necessidades. Persistem obstáculos significativos no acesso das mulheres à terra (DUAT), aos serviços financeiros, aos meios de produção e aos mercados, o que limita a autonomia económica feminina e reforça a dependência em relação aos agregados familiares e parceiros masculinos.

Em síntese, a análise integrada do ODS 5 em Manhiça revela um quadro marcado por avanços institucionais relevantes, sobretudo na representação política e na existência de mecanismos de protecção social, mas também por desafios estruturais persistentes, nomeadamente a VBG, as uniões prematuras, a frágil autonomia económica das mulheres e a influência limitada nos espaços de decisão. O alcance pleno deste objectivo no território exige o reforço de políticas públicas sensíveis ao género, maior articulação intersectorial, investimento contínuo no empoderamento económico feminino e estratégias de transformação das normas socioculturais, particularmente num contexto de crescente vulnerabilidade climática que tende a aprofundar desigualdades já existentes.

ODS 6: Água Potável e Saneamento

O ODS 6 visa “assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos” e constitui um eixo central do desenvolvimento humano, da saúde pública e da resiliência ambiental no Distrito e Município de Manhiça. Trata-se de um ODS fortemente interligado a outros objectivos da Agenda 2030, em particular os ODS 1 (Pobreza), 3 (Saúde), 5 (Igualdade de Género) e 13 (Acção Climática), uma vez que o acesso desigual à água potável e ao saneamento adequado aprofunda vulnerabilidades sociais, económicas e territoriais.

Em Moçambique, a implementação do ODS 6 é enquadrada por instrumentos estratégicos nacionais como a ENDE 2025–2044, o PQG, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE 2025–2044), o Plano Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento e as políticas sectoriais do Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (MOPHRH), com dados de referência produzidos pelo INE. Ao nível local, estas orientações são territorializadas através do PESOD, do POA e dos instrumentos de planeamento municipal, envolvendo directamente o SDPI, o CMVM, bem como parceiros de cooperação.

No plano institucional, Manhiça dispõe de uma rede relativamente ampla de infraestruturas de abastecimento de água, composta por 74 sistemas de abastecimento, 384 furos com bomba manual (dos quais a maioria operacionais) e 54 fontenárias públicas, o que permite uma taxa global de cobertura de cerca de 83,8%, embora com fortes assimetrias entre o meio urbano e o rural. Nas zonas rurais, a cobertura é substancialmente inferior, situando-se em torno de 40,7%, revelando desigualdades territoriais

persistentes no acesso à água potável. No domínio do saneamento, os dados institucionais indicam que apenas 33,31% da população utiliza serviços de saneamento adequados, apesar de existirem cerca de 18.398 agregados familiares com acesso a latrinas melhoradas, o que evidencia progressos, mas também um défice significativo face às metas do ODS 6.

A análise das metas e indicadores do ODS 6 revela avanços desiguais. No que respeita à Meta 6.1, relativa ao acesso universal e equitativo à água potável e segura, os dados indicam que 71,66% da população de Manhiça utiliza fontes de água consideradas seguras. Este valor reflecte um progresso importante, sobretudo quando comparado com médias nacionais historicamente mais baixas nas zonas rurais. No entanto, a ausência de dados sobre novos sistemas de água construídos ou melhorados sugere uma estagnação ou fraca capacidade de expansão e modernização das infraestruturas existentes.

Tabela 6: Quadro de indicadores do ODS 6

Objectivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos			
Indicador QNI	**VALOR**	**Fonte da Info**	**NOTAS**
Meta 6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos.			
6.1.1 Percentagem da população que usa fonte de água segura, por área de residencia (Urbano/ Rural/TOTAL)	71,66%	SDPI	Apesar de uma cobertura relativamente elevada, persistem desigualdades no acesso entre zonas urbanas e rurais.
6.1.1_NM_2 Números de sistemas de água construidos/melhorados (Urbano/ Rural/TOTAL)	-	-	A ausência de dados indica limitações no registo sistemático das intervenções realizadas ou inexistência de novos sistemas construídos ou reabilitados.
6.1.1_NM_3 Número de fontanários públicos construídos/reparados (Urbano/ Rural/TOTAL)	7	SDPI	A construção e reabilitação de fontanários públicos contribui para melhorar o acesso comunitário à água potável, sobretudo em áreas com fraca cobertura domiciliária.
6.1.1_NM_4 Número de furos de água manuais ou sistemáticos (Urbano/ Rural/TOTAL)	63	CAVM	Os furos de água representam uma solução importante para o abastecimento em áreas periurbanas e rurais, reduzindo a dependência de fontes não seguras.
6.1.1_NM_5 Número de famílias beneficiadas em tratamento de água com cloro (Urbano/Rural/TOTAL)	0	SDPI/Municipio	A inexistência de famílias beneficiadas indica lacunas nas acções de promoção do tratamento doméstico da água, aumentando o risco de doenças de origem hídrica.
Meta 6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e raparigas e daqueles em situação de vulnerabilidade			
6.2.1 Percentagem da população que usa serviços de saneamento adequados, incluindo instalação de lavagem das mãos com água e sabão, por área de residencia (Urbano/Rural/TOTAL)	33,31%	SDPI	A baixa cobertura evidencia desafios estruturais no acesso a saneamento seguro, com impacto directo na saúde pública e na dignidade das populações mais vulneráveis.
6.2.1_NM_1 Percentagem da população com acesso ao saneamento seguro (Urbano/Rural/TOTAL)	71,66%	SDPI	O indicador sugere melhorias relativas no acesso, mas requer análise mais detalhada por zona de residência para aferir a qualidade e sustentabilidade dos serviços.
6.2.1_NM_2 Número de agregados familiares com acesso a latrinas melhoradas (Urbano/Rural/TOTAL)	18 398	SDPI	A expansão de latrinas melhoradas contribui para a redução da defecação a céu aberto, embora a cobertura ainda seja insuficiente face à população total.
6.2.1_NM_3 Número de sanitários públicos construídos/ melhorados (Urbano/Rural/TOTAL)	6	Parceiros	As infra-estruturas sanitárias públicas são essenciais em mercados, terminais e outros espaços colectivos, mas o número registado é limitado face às necessidades existentes.
Meta 6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a libertação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura de forma global			
6.3.MZ_1 Percentagem de águas residuais sujeitas a tratamento (URBANO)	0%	SDPI/Municipio	A inexistência de tratamento de águas residuais constitui um risco elevado de poluição ambiental e contaminação de fontes de água, exigindo investimentos em saneamento.
6.3.MZ_1_NM_1 Número de fontes de água residuais sujeitas a tratamento (URBANO)	0%	SDPI/Municipio	O valor nulo confirma a ausência de sistemas formais de tratamento de águas residuais no contexto urbano.
6.3.MZ_1_NM_2 Número de esgotos construidos e reabilitados para prevencao de risco de contaminação de agua.(URBANO)	0	SDPI/Municipio	A inexistência de novas infraestruturas de esgoto limita a capacidade de prevenção de riscos sanitários e ambientais.
6.3.MZ_1_NM_3 Km de drenagem construidas e reabilitadas para prevenção de risco de contaminação (URBANO)	0	SDPI/Municipio	A falta de sistemas de drenagem adequados aumenta a vulnerabilidade a inundações e à contaminação das águas superficiais e subterrâneas.
Meta 6.b Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento			
6.b.1 Percentagem de municípios com políticas e procedimentos estabelecidos e operacionais para a participação das comunidades locais na gestão de água e saneamento (Urbano/Rural/TOTAL)	0	9	A inexistência de políticas formais e operacionais limita o envolvimento estruturado das comunidades locais na gestão sustentável da água e saneamento.
6.b.1_NM_1 Número de comités locais para gestão de água e saneamento (Urbano/Rural/TOTAL)	0	55/180	O número reduzido de comités , face ao potencial existente, evidencia a necessidade de fortalecer a governação comunitária e os mecanismos locais de gestão participativa.

Um elemento crítico nesta meta é o facto de nenhuma família ter sido beneficiada por programas de tratamento da água com cloro, o que indica vulnerabilidade acrescida à contaminação da água ao nível domiciliar, sobretudo em contextos de cheias, inundações sazonais e degradação ambiental. Este défice compromete não apenas o acesso físico à água, mas também a sua segurança sanitária.

Relativamente à Meta 6.2, que visa garantir o acesso a saneamento e higiene adequados e acabar com a defecação a céu aberto, a situação revela-se claramente mais preocupante. Apenas 33,31% da população utiliza serviços de saneamento adequados, incluindo instalações de lavagem das mãos com água e sabão. Este valor evidencia um défice estrutural profundo, com implicações directas na saúde pública, especialmente na prevalência de doenças de origem hídrica e sanitária.

Embora 71,66% da população tenha acesso a algum tipo de saneamento seguro, esta percentagem deve ser lida com cautela, dado que o conceito de "seguro" nem sempre corresponde a soluções melhoradas ou duráveis, sobretudo em contextos de vulnerabilidade climática. A existência de 18 398 agregados familiares com acesso a latrinas melhoradas representa um esforço relevante, mas claramente insuficiente para cobrir a totalidade da população, sobretudo nas zonas periurbanas e rurais mais vulneráveis. A construção ou melhoria de apenas 6 sanitários públicos, maioritariamente com apoio de parceiros, reforça a dependência externa e a limitada capacidade de investimento estrutural do nível local.

No que se refere à Meta 6.3, centrada na melhoria da qualidade da água e no tratamento de águas residuais, os dados revelam que as águas residuais não são actualmente sujeitas a tratamento no meio urbano, não existindo fontes de águas residuais tratadas, nem infraestruturas de esgoto construídas ou reabilitadas, nem quilómetros de drenagem funcional para prevenção da contaminação. Este vazio estrutural expõe Manhiça a riscos elevados de poluição das fontes de água, degradação ambiental e agravamento de problemas de saúde pública, sobretudo em períodos de chuvas intensas e inundações, que tendem a agravar a mistura entre águas residuais e fontes de consumo.

Por fim, a Meta 6.b, que enfatiza a participação das comunidades locais na gestão da água e do saneamento, revela uma fragilidade institucional clara. Não existem políticas ou procedimentos municipais formalmente estabelecidos e operacionais para a participação comunitária, e o número de comités locais de gestão de água e saneamento é extremamente reduzido face às necessidades, com apenas 55 comités existentes de um universo estimado de 180 necessários. Esta lacuna limita a sustentabilidade das infraestruturas existentes, fragiliza a manutenção preventiva e reduz o sentimento de apropriação comunitária sobre os sistemas de água e saneamento.

De acordo com os participantes GFDs, o acesso à água continua a ser irregular em várias comunidades, obrigando famílias a percorrer longas distâncias para obter água. A qualidade da água é igualmente motivo de preocupação recorrente, especialmente durante a época chuvosa, quando as inundações frequentes contaminam fontes de abastecimento, aumentando a incidência de doenças de origem hídrica. No saneamento, foi reiterada a insuficiência de latrinas melhoradas, a persistência da defecação a céu aberto em algumas zonas e a falta de infraestruturas adequadas em espaços públicos, escolas e mercados, com impactos directos na dignidade, segurança e saúde, particularmente das mulheres e raparigas.

Importa ainda sublinhar que os recentes episódios de cheias e inundações registados na região sul do país, incluindo a bacia do Incomáti, onde Manhiça se insere, tendem a agravar este quadro. As inundações não só danificam infraestruturas de água e saneamento, como também reduzem a qualidade das fontes existentes, aumentam o risco de surtos de doenças e colocam pressão adicional sobre comunidades já vulneráveis. Assim, mesmo os níveis actuais de cobertura devem ser analisados com cautela, pois a situação real no terreno pode ter-se deteriorado em determinados períodos e localidades.

Em síntese, a implementação do ODS 6 em Manhiça evidencia progressos relevantes no alargamento do acesso à água, mas enfrenta desafios estruturais persistentes no saneamento, na qualidade da água, na gestão de águas residuais e na resiliência das infraestruturas face às mudanças climáticas. O alcance das metas até 2030 exigirá o reforço do investimento público, a melhoria da governação local do sector, a expansão de soluções de saneamento seguro, o fortalecimento da participação comunitária e a integração sistemática da redução do risco de desastres na gestão de água e saneamento, de modo a garantir um acesso equitativo, seguro e sustentável para toda a população do Distrito e Município de Manhiça.

ODS 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis

O ODS 11 visa "tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis" e constitui um eixo central do desenvolvimento do território local da Manhiça, num contexto marcado por crescimento populacional, expansão urbana, vulnerabilidade climática e limitações persistentes no acesso a serviços urbanos básicos. A concretização deste ODS implica abordar de forma integrada questões de habitação, mobilidade, infraestruturas, ordenamento do território, ambiente, gestão de resíduos sólidos e redução do risco de desastres, com especial atenção às populações em situação de vulnerabilidade.

A implementação do ODS 11 em Manhiça envolve directamente o Governo Distrital, através de sectores como o SDPI, e a intervenção directa do CMVM, no âmbito da gestão urbana, mobilidade, saneamento, ordenamento territorial e prestação de serviços municipais. A nível nacional, este ODS é enquadrado por instrumentos estratégicos, desde a ENDE 2025–2044, o PQG, a Política Nacional de Ordenamento do Território e o Quadro Nacional de Gestão do Risco de Desastres, sendo territorializado localmente através do PESOD, POA e de planos sectoriais.

No plano da urbanização e dos assentamentos humanos, Manhiça enfrenta desafios estruturais associados à insuficiência de habitação adequada, à ocupação informal do solo e à fraca capacidade de ordenamento territorial, sobretudo nas zonas periféricas e rurais. Os dados indicam um número reduzido de talhões demarcados e terrenos concedidos face às necessidades crescentes da população, o que contribui para a expansão desordenada e para a exposição a riscos ambientais. Embora exista pelo menos um plano urbano aprovado para redução de riscos no espaço urbano, a cobertura e implementação efectiva destes instrumentos permanecem limitadas, sobretudo fora da vila-sede.

No domínio da mobilidade e transporte, registam-se esforços relevantes por parte da autarquia, com a disponibilização de dois autocarros de transporte de passageiros na rota Manhiça–Maputo e três viaturas de carga mista, complementados por operadores privados. Contudo, os indicadores do ODS 11 revelam limitações significativas no acesso a sistemas de transporte público convenientes e inclusivos, particularmente para pessoas com deficiência, idosos, mulheres e crianças, tanto em meio urbano como rural. Não existem actualmente transportes adaptados para pessoas com deficiência, o que compromete o princípio de acessibilidade universal preconizado pelo ODS 11 e na Meta 11.2.

Tabela 7: Quadro de indicadores do ODS 11

Objectivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis			
Indicador QNI	**VALOR**	**Fonte da Info**	**NOTAS**
Meta 11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis e sustentáveis para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e pessoa idosa			
11.2.1 URBANO - Percentagem da população com acesso ao sistema de transporte público conveniente com especial atenção para pessoas com deficiência física	0,00%	CMVM	A inexistência de acesso a transporte público adaptado evidencia limitações estruturais na mobilidade urbana inclusiva.
11.2.1_NM_2 - URBANO Número de transporte público adpatados para pessoas com dificiência física	0	CMVM	O valor nulo confirma a ausência de políticas e investimentos específicos para adaptação do transporte público às necessidades de PcD física.
11.2.1 - RURAL Percentagem da população com acesso ao sistema de transporte público conveniente com especial atenção para pessoas com deficiência física	0	CMVM	Nas zonas rurais, a inexistência de transporte público estruturado e inclusivo limita o acesso a serviços básicos, mercados e oportunidades económicas.
11.2.1_NM_2 RURAL Número de transporte público adpatados para pessoas com dificiência física	0	CMVM	A ausência de meios de transporte adaptados no meio rural reforça desigualdades territoriais no acesso à mobilidade segura e inclusiva.
Meta 11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e a capacidade para a planificação e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países			
11.3.1 Rácio da taxa de utilização de terra e de crescimento da população URBANO	0	CMVM	O valor registado indica limitações na monitoria integrada da expansão urbana, dificultando a avaliação da eficiência no uso da terra face ao crescimento populacional.
11.3.1_NM_1 Taxa de ocupação da terra URBANO	3294h/km2	CMVM	A elevada densidade de ocupação evidencia pressão significativa sobre o solo urbano, infra-estruturas e serviços básicos, reforçando a necessidade de planeamento urbano sustentável.
Meta 11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo			
11.4.1 Despesa total per capita gasta na preservação, protecção e conservação de todo o património cultural e natural, por tipo de património, nível de governo, tipo de despesa e tipo de financiamento privado	0	CMVM	A inexistência de despesa alocada reflecte a baixa priorização orçamental das acções de preservação e valorização do património cultural e natural.
11.4.1_NM_1 Percentagem do orçamento alocado para acções de preservação do património cultural	0	CMVM	A ausência de recursos dedicados compromete a salvaguarda do património cultural local e a sua valorização como activo social, cultural e económico.
Meta 11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adoptando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, a gestão holística do risco de desastres em todos os níveis			
11.b.2 Percentagem de governos locais que adoptam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres	-	CMVM	A inexistência de dados ou de estratégias formalmente adoptadas indica fragilidades na institucionalização da gestão do risco de desastres ao nível local.
11.b.2_NM_1 RURAL Número de plano de ordenamento territorial aprovado e implementado para redução de riscos de desastres	-	CMVM	A ausência de um plano de ordenamento aumenta a vulnerabilidade das comunidades a eventos climáticos extremos e outros riscos ambientais.
11.b.2_NM_1 URBANO Número de plano de ordenamento territorial aprovado e implementado para redução de riscos de desastres	1	CMVM	A existência de apenas um plano urbano aprovado representa um avanço inicial, mas insuficiente para assegurar uma cobertura da gestão do risco urbano.
11.b.2_NM_2 URBANO Número de licencas emitidas para coleta e reciclagem de lixo	-	CMVM	A inexistência ou indisponibilidade de dados sobre licenças reflecte limitações na organização formal do sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos.

A conectividade viária entre os postos administrativos, localidades e a vila municipal permanece um constrangimento para a mobilidade, o acesso a mercados, serviços públicos e oportunidades económicas, sobretudo nas zonas rurais e periurbanas. Estes factores têm impacto directo na inclusão social e económica das populações mais vulneráveis.

No que respeita à Meta 11.3, que procura promover uma urbanização inclusiva e sustentável e reforçar a capacidade de planificação e gestão dos assentamentos humanos, os indicadores disponíveis apontam para desafios relevantes no ordenamento do território urbano. O rácio entre a taxa de utilização da terra e o crescimento da população urbana apresenta valor nulo, sugerindo ausência de dados consolidados ou fragilidade nos mecanismos de monitoria do uso do solo. Em contrapartida, a taxa de ocupação da terra urbana, estimada em 3.294 habitantes por km², indica uma densidade populacional elevada, o que traduz uma pressão crescente sobre infraestruturas, serviços urbanos e espaços habitacionais, aumentando o risco de expansão desordenada e de degradação das condições de vida urbana caso não sejam reforçados os instrumentos de planeamento territorial.

No que respeita à proteção ambiental e conservação dos ecossistemas, registam-se iniciativas positivas, como a criação de um jardim etnobotânico para a preservação de plantas nativas e medicinais, a revitalização de Comités de Gestão de Recursos Naturais nos Postos Administrativos de Maluana e Ilha Josina Machel, bem como a criação de clubes ambientais em escolas e a realização de palestras sobre mudanças climáticas, queimadas descontroladas e abate indiscriminado de árvores. Estas acções contribuem para a consciencialização ambiental e para a sustentabilidade das comunidades, ainda que careçam de maior escala e continuidade.

Contudo, os dados revelam uma ausência total de despesa pública registada para a preservação, protecção e conservação do património, tanto em termos de despesa per capita como de percentagem do orçamento alocado. Este cenário evidencia que a salvaguarda do património cultural e natural ainda não constitui uma prioridade orçamental no território, o que pode comprometer a conservação de bens culturais, paisagísticos e ambientais com valor histórico, identitário e económico para o desenvolvimento local sustentável e o alcance da Meta 11.a.

No que concerne à Meta 11.b, orientada para a adopção e implementação de políticas e planos integrados de redução do risco de desastres e adaptação às mudanças climáticas, os dados disponíveis indicam uma implementação ainda limitada e parcial. Regista-se a existência de um plano de ordenamento territorial urbano aprovado e implementado, contudo não se evidencia a existência de planos específicos orientados explicitamente para a redução de riscos de desastres, quer em meio urbano quer rural. A ausência de informação sobre a estratégia local de redução do risco de desastres e a inexistência de dados sobre licenças emitidas para recolha e reciclagem de resíduos sólidos reforçam a percepção de fragilidades na integração sistemática da resiliência climática, da gestão de riscos e da economia circular nas políticas urbanas locais.

As percepções recolhidas nos GFD com grupos vulneráveis aprofundam esta análise e revelam que, apesar de alguns avanços, a vivência quotidiana de cidades e comunidades sustentáveis em Manhiça é marcada por desigualdades territoriais e sociais persistentes. PcD relataram dificuldades severas de mobilidade devido a estradas degradadas, ausência de rampas, falta de transporte adaptado e localização inadequada de escolas e serviços públicos. Os idosos destacaram o isolamento, a distância aos serviços de saúde e a inexistência de infraestruturas comunitárias de apoio, sobretudo nas zonas rurais.

Os jovens associaram o ODS 11 à falta de oportunidades urbanas, emprego, habitação digna e serviços básicos, sublinhando que a expansão urbana beneficia sobretudo o centro da vila, deixando bairros periféricos e comunidades rurais com acesso limitado a água, energia, transporte e equipamentos sociais. As mulheres enfatizaram o impacto do mau estado das vias, da escassez de transporte público e da falta de água canalizada no seu quotidiano, agravando a carga de trabalho doméstico e a vulnerabilidade socioeconómica das famílias.

Um elemento transversal evidenciado nos GFD é a fraca inclusão efectiva dos grupos vulneráveis nos processos de planeamento urbano e ordenamento do território. Embora existam espaços formais de participação, os participantes referiram que as suas preocupações raramente se traduzem em intervenções concretas, o que fragiliza a governação urbana participativa e limita a construção de comunidades verdadeiramente inclusivas e resilientes.

Importa ainda referir que o contexto recente de eventos climáticos extremos, nomeadamente chuvas intensas e episódios de inundações que afectaram o sul de Moçambique, incluindo áreas do Distrito da Manhiça, tende a agravar os desafios associados ao ODS 11. A exposição de assentamentos informais, a fragilidade das infraestruturas, a inexistência de sistemas de drenagem e a limitada capacidade local de resposta a desastres aumentam os riscos para as populações mais vulneráveis e reforçam a necessidade de integrar de forma mais robusta a redução do risco de desastres e a adaptação climática no planeamento urbano e comunitário.

Em síntese, o ODS 11 em Manhiça apresenta avanços pontuais, sobretudo ao nível da mobilidade municipal, iniciativas ambientais e alguns serviços urbanos, mas enfrenta desafios estruturais profundos relacionados com a urbanização inclusiva, acessibilidade, ordenamento territorial, gestão de resíduos, participação dos cidadãos e resiliência climática. A concretização deste ODS no território exige uma abordagem integrada, territorialmente equilibrada e centrada nas pessoas, reforçando a capacidade institucional local e assegurando que o desenvolvimento urbano contribua efectivamente para melhorar a qualidade de vida de todos, sem deixar ninguém para trás.

CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A RLV do Distrito e Município da Manhiça constitui um exercício estratégico de territorialização da Agenda 2030, permitindo analisar de forma integrada o progresso, os desafios e as prioridades na implementação dos ODS num território caracterizado por dinâmicas rurais e urbanas coexistentes, crescimento demográfico acelerado e elevada exposição a choques climáticos. A análise combinada de dados institucionais, indicadores nacionais, informação estatística oficial e percepções recolhidas junto das comunidades e grupos vulneráveis oferece uma leitura aprofundada da realidade local, evidenciando tanto avanços relevantes como fragilidades estruturais persistentes.

Um dos contributos centrais desta RLV é a valorização da participação comunitária como elemento-chave para a implementação eficaz da Agenda 2030. As consultas realizadas demonstraram que as comunidades possuem um conhecimento profundo dos problemas e das soluções possíveis no território. No entanto, a institucionalização de mecanismos regulares de participação, diálogo e prestação de contas ainda constitui um desafio, limitando a apropriação local das políticas públicas e a sua adequação às realidades vividas.

De forma transversal aos ODS analisados (ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 11), emerge um padrão consistente: a existência de políticas públicas, programas sectoriais e intervenções concretas ao nível local, coexistindo com limitações institucionais, financeiras e técnicas que condicionam a eficácia, a equidade e a sustentabilidade dos resultados alcançados. O território local de Manhiça apresenta progressos visíveis na expansão do acesso a serviços sociais básicos, no reforço de acções comunitárias e na incorporação dos ODS nos instrumentos de planificação distrital e municipal. Contudo, estes avanços são ainda insuficientes para responder plenamente à magnitude das necessidades da população, sobretudo nas zonas rurais.

No domínio social, a análise dos ODS 1, 2, 3, 4 e 5 demonstra que a pobreza, a insegurança alimentar, as desigualdades no acesso à saúde e educação e a desigualdade de género permanecem fortemente interligadas e cumulativas. Estas vulnerabilidades afectam de forma desproporcional os grupos vulneráveis, reforçando ciclos de exclusão social e económica. Apesar dos esforços no âmbito da protecção social, do apoio à agricultura familiar, da expansão da rede escolar e sanitária e das iniciativas de promoção da igualdade de género, persistem desafios relacionados com a qualidade dos serviços, a cobertura efectiva, a adequação às necessidades dos grupos vulneráveis e a sustentabilidade das intervenções.

As percepções recolhidas junto dos grupos focais com populações vulneráveis confirmam e aprofundam a leitura dos dados institucionais, revelando que os avanços registados nem sempre se traduzem em melhorias efectivas e equitativas nas condições de vida quotidianas. As vozes das mulheres, jovens, idosos e PcD evidenciam dificuldades persistentes no acesso a serviços, oportunidades económicas, mobilidade, participação nos processos de planeamento e protecção face a choques climáticos, reforçando a necessidade de abordagens centradas nas pessoas e nos territórios.

O impacto recente das inundações severas de 2025/2026 constitui um elemento transversal crítico, demonstrando que os progressos alcançados nos ODS permanecem altamente vulneráveis a eventos climáticos extremos. Este contexto reforça a interdependência entre desenvolvimento sustentável, resiliência climática e governação territorial, evidenciando que o alcance dos ODS em Manhiça exige respostas integradas, preventivas e de longo prazo.

Em síntese, a RLV de Manhiça demonstra que o território possui potencial significativo para avançar na Agenda 2030, mas enfrenta desafios estruturais que exigem o reforço da capacidade institucional, da planificação baseada em evidências, da inclusão social e da resiliência climática. A concretização efectiva do princípio de "não deixar ninguém para trás" dependerá da capacidade de transformar compromissos estratégicos em intervenções territoriais integradas, sustentáveis e inclusivas, capazes de responder simultaneamente às necessidades imediatas das populações vulneráveis e aos desafios estruturais de desenvolvimento do território. Ao ser encarada como uma ferramenta contínua de aprendizagem, monitoria e planificação estratégico, a Agenda 2030 pode constituir um catalisador fundamental para um desenvolvimento local mais justo, resiliente e sustentável, assegurando que esta agenda se traduza em melhorias concretas e duradouras na vida das populações do Distrito e Município da Manhiça.

Com base nestas constatações, são propostas as seguintes **recomendações estratégicas para acelerar a implementação dos ODS em Manhiça**:

- Promover a diversificação económica local, reduzindo a dependência exclusiva da agricultura de sequeiro através do apoio ao agroprocessamento, comércio local, serviços e iniciativas de auto-emprego, especialmente para jovens e mulheres;
- Reforçar a protecção social de forma mais estruturada e previsível, garantindo regularidade nos pagamentos, ampliação da cobertura e integração com estratégias de geração de rendimento;
- Expandir e qualificar o acesso aos serviços básicos nas zonas rurais e periurbanas, com enfoque na água potável, saneamento, saúde, educação e transporte público, reduzindo desigualdades territoriais;
- Promover a agricultura familiar resiliente ao clima, investindo em irrigação de pequena escala, acesso a sementes melhoradas, armazenamento, assistência técnica contínua e ligação aos mercados locais e regionais;
- Melhorar a qualidade e a equidade do sistema educativo, investindo em infraestruturas, redução da sobrelotação, formação de professores, acesso a material escolar e integração das tecnologias digitais;
- Expandir o ensino técnico-profissional e a formação orientada para o mercado de trabalho, criando alternativas de inserção socioeconómica para jovens e reduzindo o desemprego e a informalidade;
- Reforçar as políticas de igualdade de género, com especial enfoque na prevenção e resposta à violência baseada no género, no combate às uniões prematuras e no empoderamento económico das mulheres;
- Reforçar o ordenamento territorial e a gestão urbana sustentável, acelerando a demarcação de talhões, emissão de DUATs e implementação de planos de uso da terra reduzindo a ocupação de zonas de risco;
- Expandir o acesso equitativo à água potável e acelerar investimentos em saneamento, incluindo tratamento de águas residuais, infraestruturas resilientes e promoção de práticas de higiene segura;
- Melhorar a gestão de resíduos sólidos e promover a economia circular, assegurando a operacionalização do centro de recicláveis, o licenciamento de operadores e a sensibilização das comunidades;
- Promover sistemas de transporte público mais inclusivos e acessíveis, incluindo a adaptação progressiva dos meios de transporte para pessoas com deficiência, idosos, mulheres e crianças;
- Fortalecer a educação ambiental e a participação comunitária, expandindo clubes ambientais, comités de gestão de recursos naturais e acções de sensibilização sobre conservação, mudanças climáticas e uso sustentável dos recursos;

- Integrar de forma sistemática a redução do risco de desastres e a adaptação climática nas políticas locais, planos urbanos, infraestruturas e serviços básicos, reforçando a resiliência do território;
- Institucionalizar mecanismos de participação comunitária e prestação de contas, garantindo que comunidades e grupos vulneráveis participem de forma regular na definição, implementação e monitoria das políticas locais;
- Reforçar a integração efectiva dos ODS nos instrumentos de planificação e orçamentação local, assegurando que metas, indicadores e acções da Agenda 2030 sejam plenamente operacionalizados no PESOD, POA e planos sectoriais;
- Utilizar a RLV como um instrumento contínuo de aprendizagem e governação, promovendo actualizações periódicas, troca de experiências intermunicipais e alinhamento com as prioridades nacionais e internacionais de desenvolvimento sustentável;
- Fortalecer os sistemas locais de monitoria, avaliação e produção de dados, com indicadores desagregados por sexo, idade, território e condição de vulnerabilidade, para apoiar decisões baseadas em evidências.

ANEXOS

- Matriz de dados sobre indicadores dos ODS